



UNIVERSIDAD AUTONOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIENCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS Y DE LA
COMUNICACIÓN
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA CONVIVÊNCIA ESCOLAR:
VIABILIDADES E DESAFIOS NA REDE PÚBLICA DE ARMAÇÃO
DOS BÚZIOS - RIO DE JANEIRO

Jamel Junia Ribeiro

Asunción, Paraguay.

2019

Jamel Junia Ribeiro

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA CONVIVÊNCIA ESCOLAR:
VIABILIDADES E DESAFIOS NA REDE PÚBLICA DE ARMAÇÃO
DOS BÚZIOS - RIO DE JANEIRO**

Tese apresentada à UAA como requisito para
obtenção de título de Mestre em Ciências da Educação

Tutor: Dr Tomás Jesús Campoy Aranda

Asunción, Paraguay.

2019

Jamel Junia Ribeiro

A Participação da Família na Convivência Escolar: viabilidades e desafios na Rede Pública de Armação dos Búzios - Rio de Janeiro

Asunción, Paraguay: Universidad Autónoma de Asunción, 2019.
Tese de Mestrado em Ciências da Educação 95 páginas

Lista de Referências: p.85

1. Família 2. Escola 3. Projeto Político Pedagógico

Jamel Junia Ribeiro

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA CONVIVÊNCIA ESCOLAR:
VIABILIDADES E DESAFIOS NA REDE PÚBLICA DE ARMAÇÃO
DOS BÚZIOS - RIO DE JANEIRO**

Esta tese foi avaliada e aprovada em ____/____/____ para obtenção do título de
Mestre em Ciências da Educação pela Universidad Autónoma de Asunción - UAA.

Asunción, Paraguay.

2019

A Deus, autor e consumidor de todas as coisas, pelo fôlego da vida e a fé que me sustentou durante esta árdua jornada... Também dedico este trabalho à minha mãe, D. Ilza, minha grande incentivadora, modelo de coragem e fé, me mostrou que nenhum sonho é impossível ao que crê.

Agradecimentos

Início meus agradecimentos por DEUS, que me sustentou, encobriu e proveu todos os recursos necessários para a conclusão desta etapa. Como se não bastasse, colocou pessoas especiais a meu lado, sem as quais certamente não teria conseguido!

A meus pais, meu infinito agradecimento. Sempre acreditaram em meu amor pelo magistério, nutriram meus sonhos sendo meus grandes inspiradores. Obrigada pelo amor incondicional! A minha família que compreendeu minha ausência em vários encontros.

Às minhas amigas muito queridas as quais não me deixaram desanimar, Cristina Chagas, Daniele Rangel, Mariana Carreira e em especial Érica Cristina da Silva, que cuidadosamente administraram com detalhes as idas e vindas, foi incansável, ímpar na assistência. Amigas estas que me acolheram, se fizeram minhas irmãs nos momentos de descontração, e também me socorreram nos momentos de angústia e solidão.

Agradeço à minha Coordenadora da Secretaria Municipal de Educação de Armação dos Búzios, Maria José, que me propiciou condições favoráveis para esta pesquisa.

Agradeço aos Diretores Rodrigo, Fernando, Danielly, Elza e Josiane, às Orientadoras Educacionais e aos professores das escolas pesquisadas, pela disponibilidade.

Agradeço ainda, a Janaína Corenza, que muito me ajudou na caminhada... Você foi essencial!

E, por fim, ao meu querido e estimado orientador, professor Tomás Campoy, que realçou o caminho a ser trilhado na confecção deste trabalho.

Epígrafe

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.

Paulo Freire

Resumo

O presente estudo busca analisar a participação das famílias na vida escolar dos filhos, na percepção dos professores, nas escolas do segundo Segmento do Ensino Fundamental de Armação dos Búzios no Rio de Janeiro. Para tal, três pontos foram considerados como imprescindíveis para a efetivação e o aproveitamento desse trabalho, tendo como base de análise documental o Projeto Político Pedagógico e a oitiva dos profissionais da educação, sendo eles; identificação de ações descritas que favoreçam participação da família na vida escolar; reflexões sobre as ações postas no documento norteador de toda a prática pedagógica escolar, em relação a convivência na escola e por fim, a avaliação de critérios pré-estabelecidos, quanto a participação da família na vida escolar dos filhos. A investigação fundamentada no paradigma quantitativo, pesquisa *ex-post facto*, de método descritivo, utilizou-se como técnica de coletas de dados o questionário de respostas múltiplas e os dados foram analisados mediante programa estatístico SPSS v.23. O estudo revelou que no PPP estão previstas ações sobre a participação das famílias, das cinco escolas pesquisadas, três escolas possuem Conselho Escolar, importante órgão que corrobora com a democratização da gestão escolar. A maioria dos profissionais que participaram da pesquisa possuem mais de 10 anos de experiência, mas menos da metade dos participantes colaborou na construção do PPP, somente teve acesso ao documento. O Projeto Político Pedagógico da escola tem sido um documento meramente burocrático. Ficou evidenciado que as famílias mais participativas são aquelas de melhor nível econômico. Ao final do trabalho apresentamos as conclusões deste estudo e algumas propostas como canais de aproximação.

Palavras-chave: Família; Escola; Projeto Político Pedagógico

Resumen

El presente estudio tiene por finalidad analizar la participación de las familias en la escuela, así como la percepción de los profesores en las escuelas del Segundo Segmento de Enseñanza Fundamental Armação de Búzios en Rio de Janeiro. Para esto tres puntos se consideraron imprescindibles en este trabajo, utilizando el análisis documental del Proyecto Político Pedagógico (PPP). La metodología de la investigación es cuantitativa, método descriptivo, ex post-facto, explicativa o causal, utilizando como método de recogida de datos el cuestionario cerrado de respuestas múltiples; los datos fueron analizados mediante el paquete estadístico SPSS v.23. El estudio reveló que en el PPP se prevén acciones para la participación de la familia en las cinco escuelas encuestadas, que tres escuelas tienen Consejo Escolar, importante órgano que democratiza la gestión escolar. La mayoría del profesorado que participa tiene más de 10 años de experiencia y solo la mitad participa en la elaboración del PPP. Se concluye que el PPP es un documento burocrático. Se pone de relieve que las familias más participativas son aquellas de menor nivel económico.

Palabras clave: La familia; La escuela; Proyecto Político Pedagógico

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição da população e amostra.....	64
Tabela 2	Enfoque Metodológico.....	65
Tabela 3	Caracterização da amostra.....	66
Tabela 4	Participação no Projeto Político Pedagógico.....	67
Tabela 5	Localização das escolas.....	68
Tabela 6	Nível econômico, convivência e relação satisfação das famílias.	68
Tabela 7	Nível econômico e convivência escolar	69
Tabela 8	Associação nível convivência.....	70
Tabela 9	Iniciativa para reunião com pais e responsáveis.....	70
Tabela 10	Participação dos pais nos planejamentos escolares.....	71
Tabela 11	Medidas conjuntas.....	71
Tabela 12	Solução mais adequada para resolver problemas na escola.....	71
Tabela 13	Porque a violência é um problema?	72
Tabela 14	Agressões mais comuns na escola.....	72
Tabela 15	Dificuldades para participação da família.....	73
Tabela 16	Razões para presença da família na escola.....	74
Tabela 17	Participação da família.....	75
Tabela 18	Ações para participação da família.....	77
Tabela 19	Dificuldades de participação da família na escola.....	77

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Esquema geral da investigação.....	9
Quadro 2	Identificação das escolas.....	35
Quadro 3	Missão.....	35
Quadro 4	Clientela.....	35
Quadro 5	Dados da aprendizagem.....	35
Quadro 6	Relação família escola.....	35
Quadro 7	Recursos disponíveis.....	35
Quadro 8	Diretriz pedagógica.....	35
Quadro 9	Perguntas e Objetivos específicos da Pesquisa.....	54
Quadro 10	Variáveis e objetivos de estudo.....	55
Quadro 11	Variáveis e categorias.....	55
Quadro 12	Cronograma da Pesquisa.....	55

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Experiência profissional na docência.....	66
Gráfico 2	Classificação por escola.....	67
Gráfico 3	Nível econômico familiar.....	69
Gráfico 4	Nível econômico e convivência escolar.....	70
Gráfico 5	Solução mais adequada para resolver problemas na escola.....	72
Gráfico 6	Violência escolar.....	72
Gráfico 7	Agressões mais comuns na escola.....	73
Gráfico 8	Dificuldades na participação da família.....	74
Gráfico 9	Razões para presença da família na escola.....	74
Gráfico 10	Participação da família	75
Gráfico 11	Ações para participação da família.....	76

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Mapa da localização do Município de Armação dos Búzios.....	29
Fotografia 2	Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia.....	29
Fotografia 3	Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação.....	31
Fotografia 4	Centro Municipal de Idiomas.....	32
Fotografia 5	Centro de Apoio e Atendimento Pedagógico ao Educando.....	32
Fotografia 6	Centro de Apoio e Atendimento Pedagógico ao Educando - Entrada interna	33
Fotografia 7	Centro de Apoio e Atendimento Pedagógico ao Educando Pátio.....	33
Fotografia 8	Localização do Município de Armação dos Búzios em relação ao Brasil.....	56
Fotografia 9	Prédio da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios.....	56
Fotografia 10	Fachada da Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia.....	56
Fotografia 11	Interior da Escola Municipal Professor Darcy Ribeiro.....	57
Fotografia 12	Fachada exterior da Escola Municipal Nicomedes Theotônio Vieira.....	58
Fotografia 13	Fachada interior da Escola Municipal Nicomedes Teothônio Vieira.....	58
Fotografia 14	Escola Municipal Professora Cilea Maria Barreto.....	60
Fotografia 15	Escola Municipal Professora Regina da Silveira Ramos Vieira – fachada exterior.....	61
Fotografia 16	Escola Municipal Professora Regina da Silveira Ramos Vieira – fachada interior.....	62
Fotografia 17	Instituto de Habilitação Profissional e Formação Integral - Entrada principal.....	62
Fotografia 18	Instituto de Habilitação Profissional e Formação Integral fachada exterior.....	63

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- CAAPE – Centro de Apoio e Atendimento Pedagógico ao Educando
- CE – Conselhos Escolares
- CEPEDE – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação
- CF – Constituição Federal
- ECA – Estatuto da Criança e Adolescente
- EM – Escola Municipal
- GPS – Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDEB – Índice Desenvolvimento Educação Básica
- INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INEFI – Instituto de Habilitação Profissional e Formação Integral
- LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC – Ministério da Educação e Cultura
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
- PME – Plano Municipal de Educação
- PNFCE – Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares
- PPP - Projeto Político Pedagógico
- SEME – Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
- SPSS - Statistical Package for the Social Sciences (pacote estatístico para as ciências sociais)
- UE – Unidade Escolar
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas Para a Infância
- V - Variável
- V.23 – Versão 23

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A EDUCAÇÃO NO BRASIL E SEUS ASPECTOS LEGAIS.....	10
1.1. Um breve histórico sobre a Educação no Brasil.....	10
1.2. A Educação e seus aspectos legais: o Direito à educação nas Constituintes Brasileiras	12
1.2.1. <i>A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.....</i>	<i>16</i>
1.2.2. <i>Estatuto da Criança e do Adolescente da proteção integral e participação da família.....</i>	<i>17</i>
1.2.3. <i>O Projeto Político Pedagógico viabilidades e desafios para a parceria família/escola.....</i>	<i>20</i>
1.2.4. <i>Conselhos Escolares: fortalecendo a relação família/escola.....</i>	<i>21</i>
1.2.4.1. <i>Concepção e origem dos Conselhos</i>	<i>23</i>
1.2.4.2. <i>Como acontecem os Conselhos Escolares nas escolas?</i>	<i>26</i>
1.3. O direito à educação no contexto da cidade de Armação dos Búzios	27
1.3.1. <i>Educação em Armação dos Búzios.....</i>	<i>29</i>
1.3.2. <i>As escolas da pesquisa.....</i>	<i>34</i>
2. A SOCIEDADE EM QUE ESTÃO INSERIDAS AS INSTITUIÇÕES FAMÍLIA E ESCOLA.....	37
2.1. A Sociedade atual e seu universo.....	37
2.2. Um breve panorama dos séculos XX e XXI	39
2.3. A concepção de família	41
2.3.1 <i>O papel da família na vida escolar dos filhos.....</i>	<i>48</i>
2.4 A escola no contexto social.....	50
3. METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO.....	52
3.1. Fundamentação Metodológica.....	52
3.1.1 <i>Objetivos da pesquisa.....</i>	<i>52</i>
3.1.1.1 <i>Objetivo Geral.....</i>	<i>53</i>
3.1.1.2 <i>Objetivos específicos</i>	<i>53</i>
3.2 Variáveis da pesquisa.....	54
3.2 Cronograma da pesquisa.....	54
3.4 Contexto da pesquisa.....	56
3.4.1 <i>contextualizando as escolas pesquisadas.....</i>	<i>58</i>

3.5 População e amostra.....	64
3.6 Desenho da pesquisa.....	65
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	66
4. Análise dos dados.....	66
5. CONCLUSÕES E PROPOSTAS.....	79
5.1. Conclusões.....	79
5.2. Propostas.....	84
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS	88
ANEXO.....	90
APENDICE.....	93

INTRODUÇÃO À INVESTIGAÇÃO

INTRODUÇÃO

Educação de qualidade tem sido um objetivo perseguido em todo mundo, muito se discute sobre a temática. Existem inúmeras pesquisas que se dedicam a entender quais elementos são necessários para fazer da educação, essencialmente a educação pública, um processo qualitativo.

No que tange à realidade brasileira muitos são as questões que afetam a qualidade do nosso processo educativo. Vale ressaltar a amplitude e complexidade de tal conceito em virtude do seu cunho pedagógico, social e político. O Brasil tem investido nos últimos anos em políticas públicas educacionais que garantam melhor qualidade na sua educação. Polêmicas à parte, as avaliações externas e de larga escala têm sido um dos principais instrumentos de avaliação e monitoração das redes de ensino. Estas Políticas explicam a necessidade de identificar os fatores que afetam a qualidade da educação nacional para intervir de maneira adequada.

São inúmeras razões que contribuem para uma qualidade em educação: infraestrutura das escolas, formação, valorização docente, aspectos técnico-pedagógicos, etc. Nesse enredo muitos estudos evidenciam a relação família-escola como aspecto fundamental, pois ambas estão intimamente relacionadas historicamente e socialmente ao contexto em que se inserem desempenhando função ímpar na construção da pessoa humana.

Desse modo a conexão entre família e escola é o cerne deste estudo que tem como *locus* a cidade de Armação dos Búzios, interior do Estado do Rio de Janeiro. Propõe-se investigar como se processa a participação da família nas escolas públicas desse município, e de que forma essa relação família-escola é estabelecida atualmente, considerando todas as suas particularidades e complexidades.

1. Justificativa da Investigação

No decorrer de minha carreira profissional, como mediadora na relação família-escola, tenho feito reflexões sobre a participação da família nas atividades escolares. Observo que grande parte das famílias têm dificuldades de participar ativamente da vida escolar dos filhos. Muitos familiares só comparecem à escola após inúmeras convocações da equipe diretiva e/pedagógica e geralmente se apresentam com pouco tempo para dialogar sobre seus filhos. Outros,

demonstram grande interesse por essa importante etapa na vida de seus pupilos, mas os inúmeros entraves como liberação do trabalho, horário das reuniões, dificuldades sociais dentre outros, não facilitam essa relação. Perante tantos desencontros, identifico ansiedade dos pais e/ou responsáveis e angústia nos professores em virtude das numerosas e gravosas dificuldades no cotidiano escolar no que diz respeito à formação e informação das crianças e adolescentes causando grande inquietação em todos os envolvidos no processo educacional.

Chraim (2009) afirma também que a rapidez, com que as informações são processadas, e o pouco tempo para absorver todas estas informações necessitam de uma organização familiar mais estruturada, mais funcional, alinhada a uma vida escolar mais qualificada para impedir a banalização da educação.

A família e a escola precisam se entender para não se distanciarem, o que pode trazer à total degradação. A medida que as duas principais referências das crianças e adolescentes melhorarem a parceria, o diálogo e se aproximarem com o único objetivo de auxiliar a aprendizagem, a aquisição de conhecimento dos alunos, o desenvolvimento escolar possivelmente acontecerá exitosamente.

Verifiquei também que os momentos de encontro entre família e escola, em sua maioria, são pouco agradáveis não correspondendo às expectativas das famílias e tampouco dos professores. Muitas vezes estas reuniões e/ou encontros geram constrangimentos para as famílias, assim como para as escolas, conforme coloca Campbell (2011):

Crianças e jovens são levados para a escola com o objetivo que aprendam conteúdos e desenvolvam competências que os preparem para a vida. Os educadores esperam que os alunos cheguem à sala de aula interessados em aprender, prontos para o convívio social e para o trabalho disciplinado. O aluno com dificuldade de aprender, que deveria receber maior atenção, passa a ser apontado como culpado de seu próprio fracasso, e não a escola. Ao mesmo tempo, a cobrança de pais preocupados com o futuro dos filhos nem sempre é bem recebida por diretores e professores. Também acontece de alguns professores se sentirem angustiados por perceberem problemas nos alunos, mas não lhes cabe a atitude necessária para sua solução que só pode ser encaminhada pelos pais. (p.7)

Presenciei inúmeros momentos em que os alunos não obtiveram um bom aproveitamento ou apresentaram disciplina inadequada, frustrando as expectativas deles mesmos, das famílias e dos professores e isto causou um círculo de reclamações e culpabilização recíprocas. De

forma geral, a família, quando aparece na escola já no final do ano, quando percebe que as notas já estão baixas demais ou os filhos já não querem mais ir para a escola, questiona ou mesmo culpa os professores por não desempenharem suas funções de ensinar. A escola, por sua vez, questiona a família pelo fato de muitos aprenderem e poucos não, assim o problema só pode vir de fora da escola. Desta forma, os momentos de encontro entre as duas instituições mais importantes para as crianças e adolescentes são, em sua maioria, desagradáveis ou mal compreendidos, uma vez que a escola mantém procedimentos antigos, só apontando fatores negativos a respeito dos alunos e suas atitudes. Assim sendo, Campbell (2011) traz ao debate que o incentivo para a presença do responsável à reunião de pais e mestres deve ser o desejo em participar, envolver-se efetivamente na vida escolar de seu pupilo, independente dele estar bem ou não em seu desenvolvimento cognitivo, de ter ou não dificuldades ou problemas em seguir as regras de convivência na escola.

Continuando neste pensamento, a aproximação entre escola e família precisa acontecer desde a matrícula no estabelecimento de ensino, nos primeiros dias de aula, para que os pais recebam orientações, esclareçam dúvidas, participem da elaboração e planejamento da proposta de ensino, das normas e regras de convivência escolar, deem as sugestões e dialoguem com a escola a fim de criarem um ambiente favorável à aprendizagem, mantendo uma relação de confiança e cooperação com os professores, de modo que a presença das famílias na escola não seja apenas nos termos de período de avaliações, quando receberão os resultados positivos ou negativos ou apenas no final de ano quando já não terá o que fazer para recuperar o tempo ausente e o resultado indesejado. Conflitos e divergências sempre irão existir, mas estes precisam ser trabalhados e discutidos com intenção de solucionar tais dificuldades.

A partir desta realidade, apresento algumas hipóteses que possivelmente explique a falta de diálogo entre a escola e a família. Por exemplo, o respeito aos horários de reuniões, que são inconvenientes aos pais; falta de um cronograma de encontros para que as famílias se organizem previamente tais como: falta de objetividade da reunião; dificuldade da comunicação, de chegar às famílias devido à falta de canais mais eficientes, local que acomode os pais presentes de forma satisfatória; pauta elaborada unilateralmente; espaço para colocações que os pais desejam fazer; temáticas interessantes que tragam esclarecimentos aos pais sobre a educação dos filhos, e assim por diante.

Outro motivo não menos importante a ser considerado, é o fato de a família não se julgar capaz de ajudar os filhos preferindo se isolar, por falta de conhecimento ou vergonha de sua condição. Acreditam que em nada poderão contribuir visto que nem suas próprias

vidas conseguem gerir. A violência, o alcoolismo e outras mazelas de ordem familiar as impossibilitam ou inibem de intentar em contribuir com a menor proposição que seja.

É notável que a escola pouco incentiva a participação das famílias nas atividades institucionais, apesar de ter, geralmente, em seu Projeto Político Pedagógico metas para envolver as famílias Assim, como registra Chrain (2009), quando estas duas bases, família e escola, se desgastam, não dialogam, não são parceiras e não desenvolvem suas funções, os jovens se perdem em seus modelos enveredando para o caminho da criminalidade e consequentemente aumenta a insatisfação e insegurança social.

Mediante minhas inquietações, este trabalho investiga as questões referentes à participação da família na convivência escolar de alunos de cinco escolas do 2º segmento do ensino fundamental na rede municipal de Armação dos Búzios, no Estado do Rio de Janeiro. A relevância se dá tendo em vista que a participação da família no ambiente escolar tem se constituído uma incessante exigência frente à resolução de uma série de problemas referente ao desempenho e convivência escolar dos alunos.

A parceria família e escola é um elo importante no desenvolvimento da aprendizagem de crianças e adolescentes. E para entender melhor este estudo, faz-se necessário compreender o cenário desenhado neste início de milênio, que vem caracterizado por intensas transformações sociais, tecnológicas e com grandes rupturas de paradigmas e reformulação de conceitos postos pela sociedade, trazendo novas características comportamentais.

No interior de nossa própria cultura, sem sair de nossa cidade ou bairro, um belo dia observamos mudanças na forma de pensar e agir, sem nos darmos conta do processo no qual esta transformação se deu. Percebemo-nos então, confusos como se tivéssemos vivenciando outra sociedade, mas se chance de retomar ao ambiente comum, aquele que conhecíamos e sabíamos nos organizar sem dificuldades, como bem coloca Esteves (2014)

De fato, toda família está inserida em uma sociedade, esta por si só, é uma micro sociedade também, e também passa por mudanças, Assim, constatamos que a individualidade da família é adaptável, criando e recriando suas fronteiras com mais regularidade, vislumbrando a edificação de novos caminhos para interagir.

Ainda sobre as famílias, para Chrain (2009, p.20), é a partir da família que o indivíduo começa sua história no Universo. Aos poucos, vai tomando consciência do corpo, do próprio Universo e do Espaço que ocupa nele. É a partir desse Universo que acontece a evolução sensório-motora e psicológica do sujeito. A evolução aumenta gradativamente com o desenvolvimento dos cinco sentidos (tato, olfato, audição, visão e paladar). É quando a

pessoa no estágio infantil começa a coordenar diferentes partes do corpo e descobre suas reais possibilidades ao interagir com o mundo à sua volta.

Para completar este pensamento, Parolin (2007) afirma que família:

É um sistema que une as pessoas que a compõe, não apenas sobre o mesmo teto e com o mesmo sobrenome, mas fundamentalmente, pelas representações que se constroem à medida que vão compartilhando o cotidiano, formando, em sua intimidade, uma rede de significações a que estão vinculados aos seus mitos, ritos, crenças, segredos, medos e ideais. A forma como a família permite a circulação do saber e das informações e conhecimentos vai construindo, individualmente, o lugar que cada um ocupa nesse sistema, assim como a modalidade de aprendizagem de cada um. Essa modalidade é sempre singular e específica, pois está relacionado à história vincular de cada um dos elementos da família com a dinâmica familiar construída por eles. (p.50).

A família é também, a base da educação e da formação da criança e do adolescente, mesmo enfrentando mudanças em seu contexto social, econômico e de composição. Campbell (2011) completa afirmando que:

A família, antes solidamente estruturada em torno do núcleo pais/filhos, passou a apresentar diversas configurações distintas do modelo tradicional. Isto ocasionou um impasse nas relações entre a família e a escola que passaram a discutir quais tarefas cabe a uma e a outra na educação. O clima familiar, o nível de renda e o grau de instrução dos pais repercutem diretamente sobre a capacidade e o tempo de e que eles, sobretudo a mãe, dispõem para acompanhar e valorizar a formação escolar de seus filhos. (p.39)

As colaborações das famílias com a escola podem oportunizar o desenvolvimento integral dos estudantes, pois a escola não deve caminhar sozinha, mas sim em parceria com a família, como meio de alcançar os mesmos objetivos. Ambas as instituições visam formar sujeitos que aprendam os conteúdos escolares, mas além disso, buscam também contribuir para formar pessoas que sejam capazes de interagir e enfrentar as diversas situações sociais. É válido ressaltar que as relações sociais também iniciam na escola e estas podem influenciar na forma de agir e de pensar das crianças e dos adolescentes na família.

Contudo Campbell (2011) relata que, a instituição escolar continua fundamentada em um modelo ideal de família que nem sempre é próprio da realidade experimentada por

seus alunos. A escola padroniza sua ação educativa, estabelece a metodologia a ser desenvolvida, os padrões de desempenho e o prazo de aprendizagem sem diálogo com sua comunidade, seguindo um formato unilateral.

O sucesso das crianças e dos adolescentes nas duas instâncias deve ser o resultado das ações familiares e escolares. O processo de formação educacional pode ser construído, mas para isso é necessário que ações sejam previstas e colocadas em práticas no cotidiano escolar.

Em razão do contexto posto, esta investigação tem como objetivo geral analisar a participação das famílias na vida escolar dos alunos, a partir da percepção dos professores e como objetivos específicos, identificar normativas descritas nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas que favoreçam participação ativa da família na vida escolar dos alunos, determinar normativas nos Projetos Político Pedagógico, em relação a convivência escolar, nas escolas participantes e por fim, avaliar a participação da família quanto a convivência na vida escolar dos filhos.

Esta investigação está estruturada em cinco capítulos, divididos em 2 partes – teórica e metodológica, sendo o último capítulo destinado às conclusões encontradas e possíveis sugestões. No final desta pesquisa, encontram-se as referências, os apêndices e anexos.

No primeiro capítulo, trabalharemos com a Educação no Brasil e seus aspectos legais, das Constituintes Brasileiras, com o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, Lei nº 8069 de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394, de 1996, que asseguraram à infância brasileira direitos para garantir-lhe um desenvolvimento sadio e sua inclusão na vida em sociedade. Como também temos o Projeto Político Pedagógico, que segundo Vasconcellos (2004, p 169) citado por Silva & Cazumbá (2012)

[...]o projeto político-pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico - metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação. (p.6)

Trataremos também do Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), os quais reforçam a importância da participação das famílias e da comunidade na busca da melhoria da qualidade da educação básica. E por fim, neste mesmo capítulo, trazemos reflexões sobre os Conselhos Escolares com vistas a ampliar

a participação da comunidade escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas, conforme Resolução nº 24, de 16 de agosto de 2010, e Resolução nº 55, de 27 de dezembro de 2012 (com alterações da Resolução nº 16, de 19 de agosto de 2014).

Será situado também, para fins de contextualização da pesquisa, o município onde estão localizadas as escolas tal como fatos e dados relevantes a esta investigação.

No segundo capítulo, abordaremos as concepções de sociedade, família, papel da escola e importância da relação família escola para o bom desempenho escolar dos alunos. Num mapeamento de autores que trabalham a temática, destacaremos: Morin (2003), Chraim (2009), Cynthia & Clausy (2010), Castro (2012), Grinspun (2014), Dutra & Afonso (2015), Parolin (2016), que revalidam esta investigação em que todos comungam quanto à importância da parceria família escola no desenvolvimento da aprendizagem e convivência escolar satisfatória.

No capítulo 3 apresentamos a metodologia da pesquisa, a fundamentação metodológica seguida dos objetivos geral e específicos, assim como o cronograma desenvolvido. O contexto das escolas também faz parte do texto apresentado neste capítulo.

Posteriormente estão presentes os resultados da pesquisa que utilizou como instrumento questionário de respostas múltiplas aplicados aos professores das escolas envolvidas. compondo o capítulo 4 do presente estudo, que abordará o segmento empírico e a trajetória desta investigação: a problematização, os objetivos da investigação, os instrumentos elaborados, e os resultados obtidos. No capítulo 5 apresentaremos as conclusões alcançadas após a investigação e execução desse trabalho, assim como algumas propostas para a melhoria do problema investigado.

Problema da investigação

A educação na atualidade, em especial no Ocidente, tem apontado que o diálogo, a integração e cooperação das famílias com a escola é um dos pilares primordiais para o sucesso escolar e, por consequência, para melhoria da qualidade da educação. Tal discurso está presente em boa parte das pesquisas educacionais, na fala de educadores e em políticas públicas de vários lugares do mundo.

Considerando essa tendência contemporânea, as inúmeras inovações na dinâmica familiar como também no sistema escolar e a necessidade de delimitação da pesquisa, elegemos como objeto de estudo os estudantes do segundo segmento do Ensino Fundamental da rede pública de Armação dos Búzios em virtude da seguinte razão: na transição do Ensino

Fundamental I (1º ao 5º ano) para o Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano) há um distanciamento significativo da família na vida escolar do filho associado ao fato de que os estudantes estão estreando a adolescência, fase de profundas transformações no desenvolvimento humano.

Ante o exposto a presente pesquisa fomenta o seguinte problema de investigação: como se dá a participação das famílias na vida escolar dos alunos, a partir da percepção dos professores do Ensino Fundamental II da Rede Pública de Armação dos Búzios

Desenho da investigação

Para efetivar este estudo, realizamos levantamento de dados através de análise de documentos como: lista de presença dos pais nas reuniões convocadas pelas escolas, situações de conflitos envolvendo alunos das escolas que foram registradas em livro de ocorrências arquivados nas unidades escolares e aplicação de questionários de respostas múltiplas. O questionário foi respondido por 114 professores que atuam no 2º segmento do ensino fundamental das cinco escolas pesquisadas da rede municipal de Búzios. A escolha das unidades escolares se deu através da análise documental das listas de presença das reuniões e da verificação quanto a participação dos pais nestas reuniões. Escolhemos as escolas com as listas com menor participação dos pais. Verificamos também a partir dos livros de ocorrência os atos e as resoluções dos conflitos registrados. Por fim, verificamos a quantidade de reprovação dos alunos neste segmento de ensino.

Com base na análise documental, na aplicação dos questionários e nas referências bibliográficas foi possível obter dados e subsídios para responder o problema de pesquisa.

O questionário foi subordinado ao processo de elaboração das questões e de validação para análise dos dados.

De acordo com o problema e os objetivos, foi utilizada a metodologia quantitativa, método descritivo tipo *encuesta*, *ex post-facto*, explicativa causal.

Quadro 1 - Esquema geral da investigação



A EDUCAÇÃO NO BRASIL E SEUS ASPECTOS LEGAIS

1. A Educação no Brasil e Seus Aspectos Legais

Este capítulo apresenta um breve histórico sobre a Educação no Brasil, e alguns documentos legais, como a Constituição Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Projeto Político Pedagógico e por fim, os Conselhos Escolares. Estes dois últimos documentos são mais específicos das escolas e que também corroboram com a sua organização e acompanhamento pela comunidade escolar. O objetivo é evidenciar como a legislação ampara, valida e acompanha a educação e a participação das famílias na vida escolar dos filhos, tendo os primeiros documentos como fundamentais.

1.1. Um breve histórico sobre a Educação no Brasil

Para elucidar sobre o direito à educação é importante pensar como esta aconteceu historicamente, iniciando pelas sociedades primitivas. E segundo Bastos e Martins (1998) citado por Krug (2010):

A educação era centrada na família, relacionava-se à transmissão, de geração para geração, de conhecimentos necessários para a manutenção da vida, ou seja, da sobrevivência, e a perpetuação das tradições e da cultura do clã. Esse processo se dava de forma difusa, assistemática, mas principalmente de forma espontânea. Dessa forma, não havia instituições especificamente incumbidas da tarefa de ensinar. Com o passar do tempo, somente as famílias e o clã deixaram de ser suficientes para a propagação da cultura, sendo assim, houve a necessidade da criação de instituições educacionais para complementarem esse processo, passando o ensino a ocorrer de forma sistemática, ou seja, por meios institucionais e formais. (p. 411)

Passando para as civilizações clássicas, a educação era revestida de um caráter político. Para o povo romano, por exemplo, a família era vista como um pequeno Estado, em razão da estrutura patriarcal, sendo assim, esta era a responsável pela educação de seus componentes. Com o passar do tempo, essa função foi perdida para a Igreja, mas o interesse real de Roma pela educação só surgiu quando os municípios foram incumbidos de organizar as escolas.

Inicialmente, as primeiras manifestações da escola formal surgiram na Grécia antiga e era conforme Bastos e Martins (1998) citado por Krug (2010), direcionadas quase que

somente para conteúdos militares, mas as conquistas, privilégios e prestígio político tornou-se coletivo, voltado para os homens livres e conquistando a regulamentação oficial.

Já na Idade Média, o ensino possuía um caráter nitidamente religioso em razão da união entre Estado e Igreja. As únicas escolas existentes, nesse período, eram as monacais, que se dedicavam especialmente a uma pequena casta da sociedade, minoria que detinha o poder econômico e político. Os sacerdotes ministravam aulas de leitura, aritmética, literatura e botânica.

O século XVII trouxe uma sucessão de novas ideias, que buscavam remodelar a estrutura social e cultural da época. A Reforma da Igreja, que causou a ruptura da unidade religiosa, a descoberta do Novo Mundo, o desenvolvimento do comércio e da indústria, a queda do feudalismo e a ascensão da burguesia, bem como o renascimento cultural, que transformou a centralidade da cultura, que deixava de ser em Deus e trazia o ser humano para seu centro e a ciência buscando explicações para os fenômenos naturais, não mais corroborando com os argumentos religiosos. Todas essas alterações não foram resultados de uma vontade particular, nem de um único aspecto, mas de uma sucessão de acontecimentos. Nesse período, surge um espaço maior para se preocupar com a educação, haja vista o grande número de pensadores, dessa época, e a valorização da cultura pelos iluministas. Nesse sentido, Gorczewski (2006) citado por Krug (2010) salienta que

É nesse momento, de grandes transformações, que a educação vai ocupar papel de destaque no interesse e na preocupação de intelectuais e políticos que passam a considerá-la como a ferramenta única para se transformar a natureza humana no sujeito exigido pelos novos tempos. Os iluministas depositam na educação boa parte da sua esperança na construção de um mundo novo. (p. 13)

Os intelectuais da época e os filósofos mantiveram acesso o seu interesse pela educação. Para eles, somente por meio da educação é que se poderia retirar as vendas dos olhos do ser humano, trazendo a razão às coisas humanas. Só através dela é que a humanidade se livraria de alguns de seus maiores enganos, que seriam as superstições, o fanatismo e os dogmas religiosos.

No Brasil, até a metade do século XVIII, o ensino era ministrado pelas Ordens Religiosas, principalmente pelos jesuítas. O intuito era de propagar a religião católica e expandir os domínios da Igreja aumentando o número de fiéis, de catequizar os índios e, como consequência, de expandir os domínios da Igreja.

A primeira escola brasileira foi fundada em agosto de 1549, na Bahia, pelo Padre Manoel da Nóbrega mais cinco missionários e refletia, aparentemente, o sistema escolar que começava a se delinear na metrópole através das chamadas ‘escolas de ler e escrever’ brasileira. O ensino era reservado a uma estreita parcela da população, composta por seminaristas e os filhos da nobreza do Reino, que detinha o poder político e econômico.

No período da escravidão, o ensino era destinado a uma pequena parcela da população que eram os filhos da classe dominante. Estes eram preparados para governar, dominar e comandar os escravos. A educação era utilizada como uma maneira eficiente de continuidade do ‘*status quo*’.

1.2. A Educação e seus aspectos legais: o Direito à Educação nas Constituintes Brasileiras

Somente em 1824 foi promulgada a primeira Constituição Política do Império do Brasil, que vigorou por 65 anos e versava sobre o tema Educação em seu título 8º da seguinte forma: “Disposições Gerais e garantias dos Direitos Cíveis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros”. Assim, definia o direito à Educação, no seu Artigo 179, no inciso XXXII que ‘A instrução primária é gratuita a todos os Cidadãos’. No inciso seguinte, anunciava a criação de Colégios e universidades onde serão ensinados os elementos das Ciências, Belas-Letras e Artes.

Sobre essa determinação, Gorczewski (2006) citado por Krug (2010), afirma que, tal determinação foi ignorada, pois além da escassez de recursos provinciais, sequer havia tantos alunos, uma vez que os escravos eram proibidos de frequentar a escola e o curso primário não era exigido para o ingresso no secundário.

Com o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, outorga para as províncias a competência de legislar sobre a instrução pública e seus respectivos estabelecimentos. Vai ser, então, na legislação provincial ou na legislação educacional do Município Neutro¹ que será reafirmada a gratuidade escolar, vindo a ser acrescentada a obrigatoriedade escolar. Segundo Horta (1998): esta deveria ser entendida como a obrigação de frequentar a escola primária, prevendo-se multas e penalidades aos pais e responsáveis que não realizassem as matrículas de seus filhos na faixa etária determinada, que era, em geral, dos sete aos doze ou quatorze anos.

¹ Designação da cidade do Rio de Janeiro depois da promulgação do Ato Adicional de 1834, pela sua situação administrativa.

O Município Neutro estabeleceu, em seu Regulamento de 17 de fevereiro de 1854, a obrigatoriedade de instrução para todas as crianças acima de sete anos, e as penalidades prescritas para o descumprimento da mesma seriam cumpridas pelo inspetor geral. Porém, essas prescrições permaneceram letra morta em razão das dificuldades para sua implementação.

Após 45 anos do Ato Adicional, em 19 de abril de 1879, surge um novo decreto com a finalidade de reformar o ensino primário e secundário do município do Rio de Janeiro e o Ensino Superior do Império. Para Horta (1998) citado por Krug (2010):

Tal decreto declarava livres as categorias de ensino, desde que fossem dentro da moralidade e da higiene. Além disso, esse decreto tornava a instrução obrigatória para crianças de ambos os sexos, menores de quatorze anos. Porém, essa medida só atingia aos meninos que residissem em um raio de um quilômetro e meio em torno de uma escola pública, e para as meninas, este raio era reduzido a um quilômetro. Determinava, também, multas aos pais que não matriculassem seus filhos na escola e dever-se-ia fornecer roupas às crianças pobres. (p. 12-13)

A Constituição da Primeira República, de 1891, em relação à educação, delegou competência exclusiva ao Congresso Nacional para legislar sobre o ensino superior no Distrito Federal, podendo ainda criar escolas secundárias e universidades nos Estados, e estes teriam competência para criar e manter escolas primárias.

Mas foi somente com a Constituição promulgada em 16 de julho de 1934, que a Educação surgiu no Brasil como direito declarado, reconhecido como gratuito e obrigatório. Seu Art. 149 assegura que:

A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.

Em 1937, foi outorgada pelo Estado Novo uma nova Carta, que trouxe o seguinte texto em seu Art. 125:

A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular.

A Constituição de 1946 traz o direito à educação no Título VI – “Da Família, da Educação e da Cultura”, no Capítulo II – “Da Educação e da Cultura”. No artigo 166, destaca:

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Além disso, trouxe a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário, conforme o seguinte artigo:

Art. 168 – A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I – o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;

II – o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino ulterior ao primário será gratuito para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos.

Em dezembro de 1948, fora de nossas fronteiras, surge a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹, a qual, em seu artigo 26, afirma:

Todos têm o direito à educação. A educação deve ser gratuita, ao menos nos estágios elementar e fundamental. A educação elementar deve ser compulsória.

A Declaração Universal dos Direitos das Crianças do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, promulgada em 20 de Novembro de 1959 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em seu Princípio 7, reafirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Seu texto garante:

Direito à educação gratuita e ao lazer infantil.

Princípio VII

- A criança tem direito a receber educação escolar, a qual será gratuita e obrigatória, ao menos nas etapas elementares. Dar-se-á à criança uma educação que favoreça sua cultura geral e lhe permita - em condições de igualdade de oportunidades – desenvolver suas aptidões e sua individualidade, seu senso de responsabilidade social e moral. Chegando a ser um membro útil à sociedade. O interesse superior da criança deverá ser o interesse daqueles que têm a responsabilidade por sua educação e orientação; tal responsabilidade incumbe, em primeira instância, a seus pais. A criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras os quais deverão estar dirigidos para educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício deste direito.

A Constituição de 25 de janeiro de 1967, que vigorou a partir de 15 de março do mesmo ano, incentivou o ensino privado, ampliou o ensino obrigatório para a faixa de sete

a quatorze anos e em seu Título IV - Da Família, Da Educação e da Cultura, Art.168 determina que:

A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola, assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana.

Em 1988, é aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte em 22 de setembro de 1988 e promulgada em 5 de outubro de 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil. Em seu Capítulo III - Da Educação, Da Cultura e Do Desporto, em sua Seção I, Da Educação, no Art. 205, determina que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Após apresentação das Constituintes, percebemos que a educação está sempre sob a responsabilidade da família e do Estado.

Ao longo das últimas décadas a criança passou a ser o foco principal do sistema educativo. As propostas educacionais que passaram por uma longa história de emancipação alinharam-se ao movimento dos direitos humanos e consolidaram-se na Carta Internacional dos Direitos da Criança, de 1987, que registra o acesso ao estatuto de sujeito de direitos e à dignidade da pessoa. As relações entre pais e filhos ficam mais horizontais assim como família e escola. Desta forma, o exercício da autoridade na família e na escola como era configurado até então – adultos mandavam e crianças/adolescentes obedeciam – inclinam a entrar em crise.

Em termos legais, os direitos infanto-juvenis estão amparados pela Constituição e desdobrados no Estatuto da Criança e Adolescente e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

1.2.1. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

Atualmente, praticamente não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o direito de acesso, permanência e sucesso de seus cidadãos à educação escolar básica. No Brasil, encontra-se em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDBN/96), que em seu Título I cita:

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Assim, cabe aos pais realizar a matrícula de seus filhos, em idade própria na rede escolar devendo o Estado oferecer vagas e condições ideais de ensino.

Para a LDBN a escola deve respeitar a individualidade das pessoas, buscando uma formação pautada na construção de uma sociedade justa, e ainda, a finalidade da educação precisa estar relacionada no pleno desenvolvimento do educando e na sua preparação para a prática da cidadania, qualificá-lo para o trabalho e contribuir através da introdução de valores. A referida Lei reafirma em seu Título III - Do Direito à Educação e do Dever de Educar:

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

a) pré-escola;

b) ensino fundamental;

c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX - padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade.

A LDBEN ainda prevê ação integrada das escolas com as famílias:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

VI – colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Conforme é citado na lei, o direito à educação está garantido na Constituição Federal e na LDBEN para toda a população de forma gratuita e de qualidade, em todos os níveis e modalidades. Estas leis abriram espaço para consolidar medidas que ampliaram o acesso e melhoraram o financiamento do ensino em todo o Brasil.

1.2.2. O Estatuto da Criança e do Adolescente:

O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe em seu Art. 1º sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. Estabelece ainda que:

Art. 4º- É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

O Capítulo IV, do ECA foi direcionado para o Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer:

Art. 53. A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

No parágrafo único fica explícito o direito dos pais ou responsáveis a ciência e a participação na definição das propostas educacionais da escola. Ainda sobre direitos e deveres, o ECA afirma que:

Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a cinco anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

O artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente trata a educação como direito público subjetivo, ou seja, sendo o educando impedido do direito à educação, poderá acionar a justiça através do Conselho Tutelar de sua cidade, com o objetivo de assegurar seu direito. O conselho deverá requisitar ao Ministério Público que ingressará na Justiça uma ação civil pública.

O responsável que, sem motivos, deixar de matricular a criança ou adolescente em idade escolar estará cometendo um crime segundo o artigo 246 do Código Penal: “Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar”. Pena – detenção, de quinze dias a um mês, ou multa.

Art. 55. Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino.

Art. 56. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I – maus-tratos envolvendo seus alunos;
- II – reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- III – elevados níveis de repetência.

Chamando atenção para o Art. 55, os pais têm a obrigação de matricular os filhos ou pupilos na rede de ensino o que completa a participação na vida escolar das crianças e adolescentes.

Tanto no ECA quanto na LDB, a efetividade do direito à educação das crianças e dos adolescentes deve contar com a ação integrada dos educadores e pais ou responsáveis. A escola é o espaço fundamental para a realização do direito da criança e adolescente com relação à educação.

Ainda como marcos legais existentes, prevalecem o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação, do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), formalizado pelo Decreto nº 6.094, de 24/04/2007, que reforça a importância da participação das famílias e da comunidade na busca da melhoria da qualidade da educação básica. O Plano de Metas estabelece as seguintes diretrizes para os gestores e profissionais da educação:

- XIX – divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, referido no art. 3º;
- XX – acompanhar e avaliar, com participação da comunidade e do Conselho de Educação, as políticas públicas na área de educação e garantir condições, sobretudo institucionais, de continuidade das ações efetivas, preservando a memória daquelas realizadas;
- XXI – zelar pela transparência da gestão pública na área da educação, garantindo o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social; (...)
- XXIV – integrar os programas da área da educação com os de outras áreas como saúde, esporte, assistência social, cultura, dentre outras, com vista ao fortalecimento da identidade do educando com sua escola;
- XXV – fomentar e apoiar os conselhos escolares, envolvendo as famílias dos educandos, com as atribuições, dentre outras, de zelar pela manutenção da escola e pelo monitoramento das ações e consecução das metas do compromisso;
- XXVI – transformar a escola num espaço comunitário e manter ou recuperar aqueles espaços e equipamentos públicos da cidade que possam ser utilizados pela comunidade escolar.

1.2.3. O Projeto Político-Pedagógico

O Projeto Político-pedagógico é o documento norteador da escola em sua integralidade. Nesse sentido, abrange a reflexão sobre a realidade, a operacionalização sobre a mesma e encaminhamentos das propostas sobre as ações e as metas que a escola desenvolverá em curto, médio e longo prazo.

A LDBEN regulamenta a gestão democrática e determina a necessidade de que todas as escolas construam o seu projeto político-pedagógico. O artigo 12, inciso I prevê o compromisso da instituição escolar na elaboração e execução da sua proposta pedagógica. No inciso VII do referido artigo consta o dever desta em informar aos pais sobre a execução de sua proposta pedagógica.

O termo “projeto” tem origem no latim *projectu*, que, por sua vez, é particípio passado do verbo *projicere*, que significa ‘lançar para diante’; plano, intento, desígnio, segundo Veiga (2000). Gadotti (2001) conceitua da seguinte forma:

Um projeto político pedagógico não nega o instituído da escola que é a sua história, que é o conjunto dos seus currículos, dos seus métodos, o conjunto dos seus atores internos e externos e o seu modo de vida. Um projeto sempre confronta esse instituído com o instituinte. Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola. (p.31)

Conforme a conceituação, o processo de reflexão do projeto político-pedagógico deve, impreterivelmente, ser resultado de uma participação coletiva, interagindo regularmente com a comunidade intraescolar e com a comunidade extraescolar.

O projeto político-pedagógico, além de ser o documento norteador das ações dos docentes, é um rico instrumento em favor de toda comunidade escolar. É através dele que serão projetadas as prioridades e as metas e estabelecidos os meios e prazos pelos quais se espera alcançá-las. Trata-se de um mapa em construção, que mostra o que vai ser feito, quando vai ser feito, de que maneira e por quem, mas, ao mesmo tempo, flexibiliza-se mediante as recorrências observadas no processo de sua operacionalização.

Assim, acreditamos, que a participação da família se faz necessária, pois a escola não irá conseguir alcançar bons resultados se não tiver o apoio dos responsáveis do educando.

No processo educacional, é necessária a participação de todos os envolvidos com a escola, devendo ser feita uma reflexão diante das responsabilidades, direitos e deveres dos

atores do processo, buscando construir uma escola com participação coletiva na elaboração de um projeto de sucesso.

Nessa perspectiva, o projeto político-pedagógico é uma ação intencional, com um sentido explícito que vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola. É um projeto político visto que está intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade da escola, que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

O gestor precisa garantir que a construção e a execução do projeto político-pedagógico sejam pautadas no coletivo, como bem reza a Lei Federal nº 9.394/1996 em seu artigo 14, ao prever a participação dos profissionais da educação, da comunidade e das instâncias colegiadas.

1.2.4. Os Conselhos Escolares: fortalecendo a relação família/ escola

A origem e a natureza dos conselhos é muito diversificada e historicamente antiga que se perde e se confunde com a história da política e da democracia. Isto, porque a escola está constituída dentro de um contexto democrático e participativo tornando-se capaz de responder aos anseios da sua comunidade e daquela na qual se insere.

O Conselho Escolar é mais uma das ferramentas que concede à escola um caráter democrático, pois é através dele que inicia-se o diálogo e a correlação entre os agentes diretos da escola (gestão, corpo docente e demais funcionários) e os agentes indiretos (membros da comunidade).

A visão de Conselho no âmbito escolar, segundo Drescher (2014), está carregada pela histórica luta dos povos em participar da administração e da tomada de decisões do público. Constitui-se em um mecanismo de gestão educacional, uma forma colegiada de participação da sociedade na vida escolar. Está garantido na LDBEN, na Constituição Federal e fundamenta-se de forma legal e democrática de participação da sociedade na organização, administração e funcionamento da educação.

“Prado (2003) destaca que o Conselho Escolar é um espaço democrático importante na definição de rumos pedagógicos, onde diferentes pontos de vista podem ser analisados e debatidos, contando com a participação de toda a equipe escolar” citado por Dutra & Afonso (2015, p.225). Todas as atividades escolares passam então a ter a colaboração de todos da comunidade, isto é democracia com participação efetiva de todos.

No contexto de democratização da sociedade brasileira, após a Constituição Federal de 1988, o Conselho Escolar passa a ser um espaço de luta, fruto da problematização social na gestão da política pública. Segundo Souza (2009) citado por Dutra & Afonso (2015, p. 227) “Os Conselhos Escolares são instrumentos importantes para a gestão democrática, partindo do pressuposto de que propicia aos segmentos envolvidos no contexto escolar uma possibilidade de participar diretamente ou através de seus representantes. Mas, somente os instrumentos não garantem a participação, que só se efetiva quando as pessoas que são chamadas a participar são colocadas em condições adequadas, conforme destaca Dutra & Afonso (2015):

“O conceito de participação citado por Tenório & Rozenberg (1997 apud Tenório 2005, p. 172) nos leva a reiterar os destaques que Souza (2009), reitera sobre a participação no Conselho Escolar, esclarecendo que tipo de participação se espera dos conselheiros, considerando os seguintes pressupostos:

- Consciência sobre atos: uma participação consciente é aquela em que o envolvido possui compreensão sobre o processo que está vivenciando; do contrário, é restrita;
- Forma de assegurá-la: a participação não pode ser forçada nem aceita como esmola, não podendo ser, assim, uma mera concessão;
- Voluntariedade: o envolvimento deve ocorrer pelo interesse do indivíduo, sem coação ou imposição” (p. 227-228)

Nesta visão de participação, os conselheiros precisam sentir-se parte do conselho não sendo apenas participante, deste importante colegiado.

É dentro deste contexto que se intercala os conselhos escolares, órgãos colegiados que têm como função discutir, acompanhar e deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras das escolas. Eles devem ser compostos por protagonistas que representem a comunidade escolar, tais como professores, funcionários, alunos, familiares e comunidade.

1.2.4.1. Concepção e origem dos Conselhos Escolares

Desde os primórdios, a institucionalização da civilização tem acontecido por meio de procedimentos deliberativos coletivos. Os conselhos, representando o Estado em sua própria expressão, eram instrumentos para tomada de decisões coletivas e de resolução de conflitos. Neste tempo, os conselhos eram compostos pelos homens mais sábios, os homens bons, os melhores que foi sendo substituídos pelos mãos notáveis, conforme foi de interesse das elites. Conforme o Caderno Conselhos Escolares do MEC (2004):

O critério de escolha – dos mais “sábios”, dos “melhores”, dos “homens bons” – que fluía do respeito, da liderança na comunidade local, passa, gradativamente, a ser substituído pelo poder de influência, seja intelectual, econômico ou militar. Ao longo do tempo, o critério dos “mais sábios” é paulatinamente contaminado pelos interesses privados das elites, constituindo os conselhos de “notáveis” das cortes e dos Estados modernos. (p.14)

O sentido dado aos conselhos, hoje, tem sua compreensão carregada de um imaginário histórico, que nos tempos passados, os conselhos populares exerciam a democracia direta e/ou representativa como estratégia para resolver as tensões e conflitos resultantes dos diferentes interesses e, ao contrário dos conselhos de notáveis das cortes, eram a voz das classes que constituíam as comunidades locais, seja nas cidades-Estado grecoromanas, nas comunas italianas e de Paris, ou na fábrica da era industrial.

Os conselhos sempre se situaram na interface entre o Estado e a sociedade, ora na defesa dos interesses das elites, tutelando a sociedade, ora, e de maneira mais incisiva nos tempos atuais, buscando a co-gestão das políticas públicas e se constituindo canais de participação popular na realização do interesse público. (Caderno Conselhos Escolares do MEC-2004, p.17-18)

Nas últimas décadas, o Conselho Escolar tem sido visto, na medida em que possibilita a partilha do poder do Estado, a participação da comunidade na escola e a organização do trabalho escolar no sentido da democratização do conhecimento e, conseqüentemente, da qualidade da educação, como um espaço de grande importância para o processo de democratização da escola pública brasileira.

O Caderno Conselhos Escolares do MEC (2004), cita que são muitas as formas de organização e as funções atribuídas aos conselhos, mas sua origem estabelece sempre no desejo de participação na formulação e na gestão das políticas públicas e neste mesmo Caderno, Conselhos Escolares do MEC (2004), encontramos:

No Brasil, até a década de 1980 predominaram os conselhos de notáveis. O critério de escolha era o do “notório saber” de caráter governamental, de âmbito estadual e nacional, especialmente nas áreas de educação, saúde, cultura, assistência social. Embora tendo como atribuições assessorar o governo na formulação de políticas públicas, esses conselhos se assumiam como de caráter técnico especializado, e sua atuação se concentrava nas questões da normatização e do credencialismo dos respectivos sistemas. (p.18)

Devido à complexidade da sociedade que passou por um processo de democratização do que é público, exemplificado pelo processo educacional e outros demais, que fixou a ampliação dos mecanismos de gestão das políticas públicas, criando as políticas setoriais, com definição em seus conselhos próprios e com variadas abrangências, fez com que os conselhos possuíssem um caráter de ação política aliando o saber letrado com o saber popular, por meio da representação das categorias sociais de base. Os conselhos representam hoje uma estratégia privilegiada de democratização das ações do Estado, sendo entendido como importante ferramenta para a consolidação de uma escola democrática.

Alguns estados como São Paulo e Minas Gerais estabeleciam através de leis estaduais conselhos escolares de forma apenas consultiva. As experiências ocorridas nestes estados como também no Distrito Federal, foram de grande relevância e assim, como está apontado no Caderno Conselhos Escolares do MEC-2004.

A forte presença das entidades de educadores da educação pública, reunidas no Fórum Nacional em Defesa da Educação Pública, nos debates da Constituinte, garantiram a inclusão, na Constituição de 1988, do princípio da gestão democrática do ensino público, na forma da lei (art. 206, VI), (Caderno Conselhos Escolares do MEC 2004, p.4)

Os movimentos sociais mostraram que o isolamento da escola, não é mais possível. É preciso que ela permita, que abra à participação da comunidade e estes se sintam protagonistas, compartilhem funções, para que atinjam seus objetivos e consigam desenvolver uma educação significativa e voltada para a realidade do aluno, que atenda às suas necessidades, integrando-o conscientemente à sociedade.

Os Conselhos Escolares na educação básica, concebidos pela LDB como uma das estratégias de gestão democrática da escola pública, têm como pressuposto o exercício de poder, pela participação das ‘comunidades’ escolar e local. (LDB, art. 14). Sua atribuição é

‘deliberar’, nos casos de sua competência, e ‘aconselhar’ os dirigentes, nos que julgar prudente, sobre as ações a empreender e os meios a utilizar para o alcance dos fins da escola. O conselho existe para dizer aos dirigentes o que a comunidade quer da escola e, no âmbito de sua competência, o que deve ser feito. Caderno Conselhos Escolares do MEC- 2004.

Assim, o conselho será, conforme referenda o Caderno Conselhos Escolares do MEC- 2004, voz e o voto dos diferentes atores da escola, internos e externos, desde os diferentes pontos de vista, deliberando sobre a construção e a gestão de seu projeto político-pedagógico.

O Ministério da Educação, no período do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2006), reconhecendo as reivindicações históricas da sociedade e dos movimentos de educadores por uma educação de qualidade e as disposições da legislação existente, buscou, materializar, no sistema educacional, o princípio da gestão democrática e assim criou ‘O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (PNFCE)’, criado pela Portaria Ministerial nº 2.896 de 16 de setembro de 2004, no âmbito da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Este teve como objetivo fomentar a cooperação do MEC (Ministério da Educação) com os sistemas estaduais e municipais de ensino, visando ‘a implantação e o fortalecimento dos conselhos escolares nas escolas públicas de educação básica’ do país, segundo o Caderno Conselhos Escolares do MEC (2004).

O Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares tem como objetivos:

- Ampliar a participação das comunidades escolar e local na gestão administrativa, financeira e pedagógica das escolas públicas.
- Apoiar a implantação e o fortalecimento de conselhos escolares.
- Instituir, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, políticas de implantação e fortalecimento de conselhos escolares.
- Promover em parceria com os sistemas de ensino a capacitação de conselheiros escolares.
- Estimular a integração entre os conselhos escolares.
- Apoiar os conselhos escolares na construção coletiva de um projeto educacional no âmbito da escola, em consonância com o processo de democratização da sociedade.
- Promover a cultura do monitoramento e avaliação no âmbito das escolas, para a garantia da qualidade da educação.

Estes objetivos vem reforçar a importância da gestão democrática com a participação da comunidade escolar e principalmente desenvolver um projeto educacional de acordo com o contexto escolar em consonância com o processo de democratização da sociedade.

1.2.4.2. E como acontecem os Conselhos Escolares nas escolas?

Os conselhos escolares ou equivalentes devem colaborar com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar, garantindo uma democracia participativa. Assim, o artigo 14, inciso I da LDB (1996) afirma que:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão do ensino público na educação básica. De acordo com as suas peculiaridades e de acordo com os seguintes princípios:

I - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Os conselhos escolares influenciam na democratização da educação escolar. Ele é uma ferramenta fundamental formada por diretores, professores, funcionários, estudantes, pais e representantes da comunidade que fiscalizam a prática do projeto político pedagógico e ainda regem sobre questões referentes à parte financeira e administrativa da escola.

Os conselhos escolares contribuem para uma educação de qualidade participando não apenas da política-educativa, mas também da gestão administrativo-financeira das unidades escolares. Deste modo, os conselhos escolares possibilitam a socialização através de uma gestão democrática, colaborando com a construção de um espaço escolar compatível com os objetivos educacionais da comunidade escolar.

O exercício desses conselhos também apoia lutas como valorização dos profissionais da educação, através de formação continuada, salários dignos e condições materiais e infraestrutura das escolas. Esse apoio se dá através de encaminhamento feito pelos órgãos competentes como, por exemplo, os sindicatos da área educacional.

Para obter um resultado significativo, os conselhos escolares têm as seguintes funções expressas no Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, caderno 1 (2004):

1. Deliberativas: quando participam da elaboração e atuação do projeto político-pedagógico e outros assuntos da unidade escolar como organização e o funcionamento geral das escolas;
2. Consultivas: buscando sugestões que contribuem para solucionar possíveis conflitos que poderão surgir nas unidades escolares;

3. Fiscais: atuando no cumprimento das normas escolares e observando a atuação das ações pedagógicas, financeiras e administrativas;
4. Mobilizadoras: contribuindo com a participação da comunidade local e dos segmentos representativos da escola, promovendo com isso uma democracia participativa e uma efetiva qualidade social da educação. (p.39)

Conforme o exposto, por meio do Conselho Escolar, que garante a participação de pais, representantes de alunos, professores, funcionários e membros da comunidade nas decisões de escolas públicas que poderemos acompanhar e intervir na incumbência da educação de qualidade para as crianças e adolescentes.

Também cabe aos Conselhos intervir em ações referentes à aprovação, aprendizagem dos educandos e abandono escolar propondo medidas socioeducativas ou alterações pedagógicas. A atuação dos Conselhos Escolares contribui com o exercício pleno de uma escola pública, porém como previsto na LDB, a autonomia da escola deve ser respeitada.

Segundo o caderno 1 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (2004):

... é indispensável considerar que a qualidade que se pretende atingir é a qualidade social, ou seja, a realização de um trabalho escolar que represente, no cotidiano vivido, crescimento intelectual, afetivo, político e social dos envolvidos – tendo como horizonte a transformação da realidade brasileira. (p.48)

Podemos ver que os Conselhos Escolares exercem um papel importante na escola pública buscando transformações no cotidiano escolar, tendo como principal objetivo a justiça e igualdade social, pautadas na realidade da comunidade local e da escola.

1.3. O direito à Educação no contexto da cidade de Armação dos Búzios

Armação dos Búzios, também conhecida popularmente como Búzios, é um município da Microrregião dos Lagos, no estado do Rio de Janeiro. Faz divisa com Cabo Frio, município do qual se tornou autônomo através da Lei nº 2498, de 28 de dezembro de 1995. Localiza-se a cerca de 165 quilômetros do centro da capital do estado, Rio de Janeiro, que leva o mesmo nome do Estado.

Búzios é uma península com oito quilômetros de extensão e 23 praias, recebendo de um lado correntes marítimas do Equador e do outro correntes marítimas do Polo Sul, o que faz com que tenha praias tanto de águas mornas quanto de águas geladas.

Entre as principais praias, destacam-se Geribá, Tucuns, JoãoFernandes, Ferradura, Ferradurinha, Armação, Manguinhos, Tartaruga, Ossos, Brava e Olho-de-Boi, esta

última reservada para a prática do naturismo. Armação dos Búzios, com seus ventos fortes, é ideal para a prática de iatismo e voo livre. É uma cidade que abriga diversas culturas, com um grande número de estrangeiros.

No que se refere à história da cidade, Búzios teve como seus primeiros habitantes os índios Tupinambás também chamados Tamoios. Estes praticavam a pesca, a caça e o cultivo de mandioca. Mantiveram estreitas relações com corsários e contrabandistas franceses, que frequentavam a localidade para comprar pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), pimenta e outros produtos nativos. Em 1503, Américo Vespúcio aportou em Búzios, com o desejo apenas de comercializar os produtos cultivados naquele lugar. O exército português derrotou os franceses e massacrou os índios em 1575 e em 1617, os portugueses, aliados aos índios goitacás, expulsaram definitivamente os franceses da península e exterminaram os tupinambás. Foi base de piratas, ponto de tráfico de pau-brasil e de desembarque de escravos africanos. Com a proibição do tráfico de escravos em águas brasileiras, em 1850, o desembarque clandestino floresceu. José Gonçalves, o maior traficante da região, continuou a fazer fortuna nesse deplorável comércio humano, levando a marinha inglesa a desembarcar fuzileiros navais em Búzios. Após a abolição da escravatura, em 1888, os ex-escravos fundaram uma povoação na Rasa, onde já existia um poderoso quilombo. No final do século XIX e início do século XX, Búzios começou a receber imigrantes portugueses que se uniram ao grupo de pescadores locais, ensinando-lhes novas técnicas de pesca. Nesse século, foi também criada a armação dos peixes de búzios que consistia numa estrutura para capturar peixes, ocasionando então o nome do balneário: Armação dos Búzios.

A transformação do povoado começou em 1964, com a temporada de férias da atriz Brigitte Bardot e seu namorado brasileiro. A presença em Búzios da mais famosa estrela do cinema francês foi noticiada exaustivamente pelos meios de comunicação nacionais e internacionais, dando impulso definitivo àquele que seria considerado um dos balneários mais charmosos do mundo, que passa a ser frequentado, especialmente por franceses e argentinos.

Atualmente o município conta com uma população estimada em 31.067 habitantes, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2015, tem extensão territorial 70Km² e o maior número de imigrantes por cada 100.000 habitantes do Estado do Rio de Janeiro, com mais de 2% da população de imigrante, sendo a maioria argentina.

1.3.1. A Educação em Armação dos Búzios

A Secretaria de Educação do Município de Armação dos Búzios fica localizada na Travessa da Usina, 600 – Centro. Atualmente, a pasta está sob a administração de Deisemar Gonçalves dos Santos de Jesus.

Fotografia 1 – Mapa de localização do município de Armação dos Búzios



Fonte: Página eletrônica da Prefeitura

Na página eletrônica da Prefeitura está descrita a responsabilidade desta Secretária: A Secretária de Educação, Ciência e Tecnologia é responsável por assegurar a organização eficaz do ensino da aprendizagem e ofertar a educação infantil e o ensino fundamental. Cabe à esta secretaria desenvolver políticas pedagógicas para promover a interação de escolas, pais, alunos e comunidades; promover o bem-estar dos estudantes através de atividades fora da sala de aula, com programações culturais e esportivas; promover o desenvolvimento da tecnologia em educação na rede municipal de ensino; assegurar padrões de qualidade de ensino e implantar políticas públicas de democratização do acesso ao ensino fundamental e de inclusão social.²

Fotografia 2 – Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia - SEME



Fonte: a autora

² <http://www.buzios.rj.gov.br/> - Secretaria de Educação - pesquisa em 08/09/2018 – 10h 30 min

Ainda descrevendo sobre a educação do município de Armação dos Búzios, em sua página eletrônica encontramos a seguinte afirmação:

A Secretaria Municipal da Educação desenvolve suas ações buscando sempre a construção da gestão democrática e participativa, a educação igualitária e o fortalecimento do trabalho coletivo. Com o objetivo geral de dar um salto na qualidade da Educação, temos como missão a elaboração da política educacional no nosso município, coordenar a sua implantação e avaliar resultados. No intuito de formar indivíduos autônomos e habilitados a se desenvolver profissionalmente e como cidadãos.³

Para que o processo educacional aconteça de forma satisfatória, a educação conta com Plano Municipal de Educação. Este PME para o Decênio 2015-2025, publicado no Boletim Oficial, Ano X – Nº 707 – 14 a 16 de julho de 2015, através da Lei Nº. 1114, de 30 de junho 2015, que dispõe sobre aprovar o Plano Municipal de Educação para o Decênio 2015/2025:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação para o Decênio 2015/2025, constante do Anexo único, desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 8º, da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Art. 2º São diretrizes do PME – 2015/2025:

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade de educação;

V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – fortalecimento e promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do Município;

VIII – aplicação de recursos públicos em educação, resultantes da receita de impostos, compreendida e provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino;

IX – valorização dos(as) profissionais da Educação;

X – promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Para que as diretrizes sejam alcançadas, a Secretaria Municipal de Educação conta com diversos procedimentos e com centros de formação, estudos e pesquisas.

³ <http://www.buzios.rj.gov.br/> - Secretaria de Educação - pesquisa em 08/09/2018 – 11h

Um dos centros é o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação (CEPEDE), onde acontecem os encontros de formação continuada para os professores, técnicos pedagógicos e todos os educadores que fazem parte de forma direta e indireta da formação de nossos alunos. Neste local, acontecem também coordenações pedagógicas, apresentações, palestras, lançamentos de livros e variados eventos culturais referentes à educação.

Fotografia 3 – Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Educação (CEPEDE)



Fonte: <https://www.google.com.br/educa%C3%A7%C3%A3o+b%C3%BAzios>

O município conta ainda com um Centro Municipal de Idiomas, sob a administração da Secretaria Municipal de Educação, que tem como objetivo capacitar a população para a recepção com qualidade e eficiência de milhares de visitantes que elegeram Búzios, o quinto destino turístico mais procurado do Brasil. Neste Centro é ministrado o ensino da língua inglesa e espanhola para os munícipes a partir de 13 anos, independentemente de estar ou não matriculado em um das escolas da rede.

Ao todo, o Centro tem 22 turmas, com uma média de 15 alunos por turmas. São oferecidos diversos horários para que toda a população possa ser beneficiada.

Fotografia 4 – Centro Municipal de Idiomas



Fonte: a autora

O Centro de Apoio e Atendimento Pedagógico ao Educando (CAAPE) é outro espaço que a educação buziana conta para dar mais qualidade e suporte pedagógico aos docentes e discentes da rede municipal. Atualmente está em novo endereço

Fotografia 5 – CAAPE, Entrada



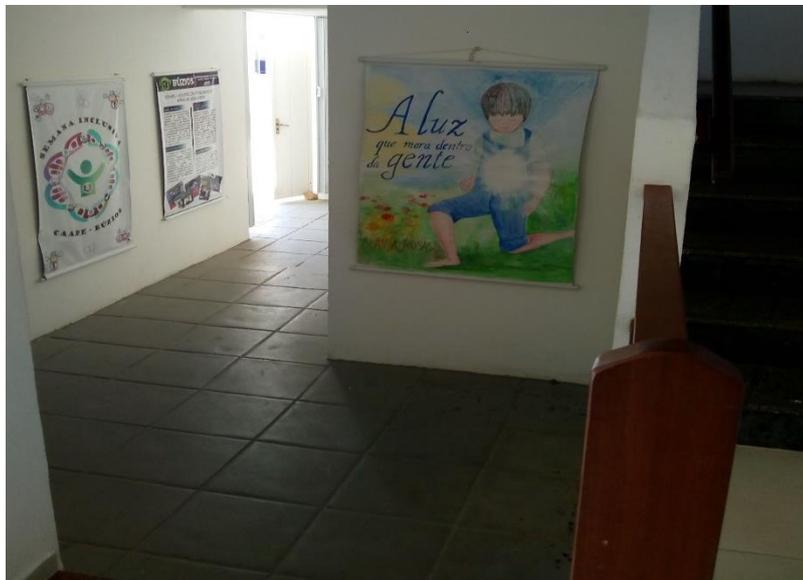
Fotografia 5 – Entrada interna

O Centro de Atendimento e Apoio Pedagógico ao Educando de Armação dos Búzios, atende alunos da rede municipal com dificuldades de aprendizagem e deficientes físicos, mentais e visuais.

No CAAPE atuam profissionais especialistas em psicopedagogia, fonoaudiologia, psicologia, arte terapia, serviço social, professores e equipe de apoio. O sistema é o de contra

turno, o que permite ao estudante da rede não perder aula, além de receber o reforço dos cuidados da equipe. O tempo de atendimento, de acordo com a sua necessidade, é de aproximadamente 30 minutos em cada sala, sendo assistido por professores especializados.

Fotografia 6 – Entrada interna



Fonte : a autora

O CAAPE também é responsável pelo atendimento de alunos com transtornos, sendo estes feitos através dos professores com formação em Atendimento Educacional Especializado, nas Salas de Recursos localizados em 5 escolas da Rede Municipal.



Fotografia 7 – Pátio interno CAAPE

1.3.2. As escolas da pesquisa

A escolha por trabalhar com as 5 escolas de ensino fundamental II se deu após a verificação, através dos registros arquivados nas escolas, a quantidade de assinaturas na lista de presença dos pais ou responsáveis nas reuniões convocadas pela escola e nos demais movimentos organizados pelas Unidades Escolares. Nestes, pude verificar a baixa frequência dos responsáveis e a ausência nas atividades escolares. A partir dessa verificação elencamos estes critérios para a pesquisa.

Inicialmente foi verificado que estas 5 escolas possuem, entre seus documentos, o Projeto Político Pedagógico, documento este, norteador das metas e ações da U.E. para curto, médio e longo prazos e elaborado pela comunidade escolar.

Baseado nas literaturas sobre a elaboração e abordagem do PPP, como referenda Gadotti (1998), o projeto político-pedagógico não nega o instituído da escola, que é a sua história, o conjunto dos seus currículos e dos seus métodos, o conjunto de seus atores internos e externos e seu modo de vida. Prosseguindo na pesquisa, no quadro abaixo está citado, resumidamente, o que encontramos nos PPP das escolas. Elucidamos que, a escola 3 ainda está em fase de elaboração de seu PPP e assim alguns dados ainda não aparecem em seus escritos. Assim, o que está inserido no quadro abaixo é somente o que consta ou não nos documentos. No capítulo 3 será feito o detalhamento dos itens pontuados.

Foi constatado ainda, que as escolas não seguem um padrão de elaboração do documento, mas fazem citação dos itens evidenciados:

Quadro 2- Identificação das escolas

Escola 1 E. M. Profª Regina Silveira Ramos Vieira	Escola 2 E. M. Nicomedes Theotonio Vieira	Escola 3 E. M. Prof. Darcy Ribeiro	Escola 4 E. M. Profª Cilea Maria Barreto	Escola 5 INEFI Instituto de Habitação Pro- fissional e Forma- ção Integral
Localização; Atos de criação; Modalidade de ensino; Equipe diretiva; Equipe pedagógica; Histórico.				

Quadro 3 - Missão

Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	Escola 5
Apresenta no corpo do documento	Apresenta no corpo do documento	Não apresenta no corpo de sua elaboração.	Não apresenta no corpo de sua elaboração.	Apresenta no corpo do documento

Quadro 4 - Clientela

Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	Escola 5
Apresenta no corpo do documento	Não apresenta no corpo de sua elaboração.	Não apresenta no corpo de sua elaboração.	Apresenta no corpo do documento	Não apresenta no corpo de sua elaboração.

Quadro 5 - Dados da aprendizagem

Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	Escola 5
Apresenta dados em forma de tabela	Não apresenta no corpo de sua elaboração.	Não apresenta no corpo de sua elaboração.	Apresenta seus dados em forma de gráfico	Não apresenta no corpo de sua elaboração.

Quadro 6 - Relação família escola

Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	Escola 5
Apresenta no corpo do documento	Apresenta no corpo do documento	Não apresenta no corpo de sua elaboração.	Apresenta no corpo do documento	Não apresenta no corpo da elaboração.

Quadro 7 - Recursos disponíveis

Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	Escola 5
Cita a estrutura física da escola e seus recursos humanos e físicos	Não cita a estrutura física da escola, somente seus recursos humanos.	Cita a estrutura física da escola e seus recursos humanos	Cita a estrutura física da escola e seus recursos humanos	Cita a estrutura física da escola e seus recursos humanos

Quadro 8 - Diretriz pedagógica

Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	Escola 5
Citado através de seus objetivos				

Plano de ação: As escolas não citam em seus Projetos Políticos Pedagógicos o Plano de Ação, quanto à participação da família, a ser desenvolvido ou já desenvolvidos em anos anteriores.

Conforme as informações disponibilizadas e organizadas no quadro acima, percebe-se que as escolas não seguem o mesmo padrão para a elaboração do documento e principalmente não deixam citado de forma indireta ou direta como ou em que momento abre o espaço para a participação das famílias.

CAPÍTULO 2

A SOCIEDADE EM QUE ESTÃO INSERIDAS AS INSTITUIÇÕES FAMÍLIA E ESCOLA

2. A Sociedade em que estão inseridas as instituições família e escola

Neste capítulo abordaremos as concepções dos objetos de estudos que são interessantes para a realização desta pesquisa, evidenciando assim, qual tipo de sociedade, família, escola e adolescentes estamos dissertando.

Seguimos com um breve conceito sobre as três dimensões estudadas, utilizaremos como dimensão primeira ‘sociedade’, a origem da palavra sociedade vem do latim *societas*, que significa ‘associação amistosa com outros’ Camargo (2018), ou seja, é o conjunto de pessoas que compartilham propósitos, gostos, preocupações e costumes, e que interagem entre si constituindo uma comunidade.

A segunda dimensão é ‘família’ (do termo latino *familia*); trata-se de um agrupamento humano formado por indivíduos com ancestrais em comum e/ou ligados por laços afetivos e que, geralmente, vivem numa mesma casa. Constitui uma das unidades básicas da sociedade.

O terceiro conceito, ou deste estudo é o de ‘escola’, (do grego *scholé*, através do termo latino *schola*); é uma instituição concebida para o ensino de alunos sob a direção de professores. A maioria dos países tem sistemas formais de educação, que geralmente são obrigatórios. Nestes sistemas, os estudantes progridem através de uma série de níveis escolares e sucessivos. Os nomes para esses níveis nas escolas variam de país para país, mas geralmente incluem o ensino fundamental (ensino básico) para crianças e o ensino médio (ensino secundário) para os adolescentes que concluíram o fundamental.

Na continuidade do trabalho, vamos desenvolver e aprofundar as temáticas vislumbrando entender a interface destas na convivência escolar.

2.1. A Sociedade atual e seu universo

Todos nós fazemos parte de um grupo social, sejam eles: escola, trabalho, família, entre outros. Com isso, a vida social permite ao homem sair do egocentrismo para se integrar ao convívio social. De acordo com seu nível de instrução, o homem exerce diferentes papéis na sociedade.

Com o decorrer do tempo, a sociedade é marcada por inúmeras transformações políticas, culturais, sociais e econômicas. Como pontua Grinspun, (2014) quando diz que vivemos num novo século com um quadro bastante diversificado e complexo, tanto no campo econômico, político, cultural, quanto social, traduzido em problemas de extrema inquietação, de surpresa, de avanços, e refletindo, principalmente, as questões relativas no campo social, educacional e da saúde.

A sociedade atual tem como características principais o crescimento tecnológico e a rapidez de informações. O avanço das tecnologias alterou a maneira de viver e de pensar das pessoas, porém, as tecnologias norteiam modelos que, na maioria das vezes, não são adequados ao homem. As regras do convívio social não têm a mesma rigidez de quarenta anos atrás.

O homem é detentor de seu próprio universo de vontades, desejos e valores, porém a mídia inserida na atual sociedade quer padronizar criando conceitos que, quase sempre, não fazem parte da realidade de vida de cada pessoa, pois cada um vive de acordo com seu nível social.

As interações entre indivíduos produzem a sociedade, que testemunha o surgimento da cultura, e que retroage sobre os indivíduos pela cultura, segundo Morin (2003). Nas palavras do autor, é o convívio, o contato, as relações que formam a sociedade. No nível antropológico, a sociedade vive para o indivíduo o qual vive para a sociedade. O autor continua, sobre a complexidade humana, afirmando que todo desenvolvimento verdadeiramente humano significa o desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertencer à espécie humana.

Mas a quebra de paradigmas tem influenciado a sociedade atual, onde há um crescimento desenfreado do desejo de satisfação pessoal conduzindo, cada vez mais, o homem a uma vida de individualidade e egocentrismo.

Na atual sociedade, homens e mulheres apresentam, em seu cotidiano, um consumismo desenfreado e a necessidade de trabalhar, para suprir as necessidades familiares diárias, o que faz com que os pais se ausentem de casa para trabalhar. Assim, a ausência dos pais se torna cada vez maior e a educação dos filhos é terceirizada, ou seja, seus filhos ficam com babás, avós, tios, creches em tempo integral para que seus pais possam trabalhar, ou até mesmo ficam sozinhos. Filho (2008) relata:

Cada vez mais as crianças ficam sozinhas enquanto seus pais correm atrás de trabalho, de dinheiro, do pão de cada dia, tudo sempre muito difícil de conseguir. Geralmente é assim: as coisas ficam difíceis e tentamos obter recursos de onde for possível, a fim de manter nosso modo de vida, o que, atualmente, significa menos tempo em casa com as crianças, com a família. (p.17)

A sociedade moderna vem passando por grandes transformações no que diz respeito à qualidade de vida, pois o trabalho em excesso, as mudanças na organização familiar e o estilo de vida abalam os alicerces e estremecem os pilares da formação da pessoa, fazendo com que fique cada dia mais individualista e egoísta. Os valores estão completamente mudados, distorcidos, alterados, sem atenção às regras, limites, direitos ou deveres. Assim, crianças e adolescentes crescem envolvidos e acompanhando uma comunicação de massa imposta por uma camada da sociedade detentora do poder financeiro, que estabelecem as regras e promulgam o que é certo ou errado e institui que o ter é mais que o ser. Corroborando com Santos (2014), essas crianças formam suas identidades e desenvolvem suas personalidades amparadas em valores fúteis, alheias a conceitos éticos e morais que são imprescindíveis para a convivência em grupo. Nessa sociedade “defeituosa”, criam-se os padrões e também estigmas, que tanto colaboram para o desenvolvimento da violência.

Frisando Santos (2014), a manutenção do poder na nossa sociedade segue desigual, prevalecendo a opressão sobre crianças e adolescentes, mulheres e idosos pelo poder adquirido pela figura masculina por meio do sistema patriarcal.

2.2. Um breve panorama dos séculos XX e XXI

Faremos um breve panorama do momento histórico das últimas décadas, visto que muitas mudanças aconteceram nos mais variados setores da sociedade mundial e principalmente brasileira. Estas mudanças trouxeram grandes alterações no modo de vida dos brasileiros e conseqüentemente chegaram nas escolas trazendo também alterações no dia a dia das instituições. A escola já não é mais só para classe dominante, uma minoria que detinha o “saber” mas para agora aberta para todos, dominantes e dominados.

O Século XX foi um período de muitas mudanças no modo de vida das pessoas.

Foi nesse século que se desenharam diversos aspectos do mundo em que vivemos atualmente, tais como a globalização, que viabilizou a interação entre povos de várias partes do mundo, e a aceleração do processo histórico, que promoveu profundas transformações no mundo em um curto espaço. Na década de 1980, o aumento da utilização de computadores marcou a chamada Era da Informação, que ganhou força com a criação da internet, uma rede

que interliga computadores de todo o mundo. Com esses avanços, as informações passaram a ser produzidas, transmitidas e armazenadas com muito mais rapidez.

Os êxitos da cidadania no século XX foram muito importantes. Nos países democráticos a elaboração de novas constituições oportunizou que todos fossem considerados cidadãos, com direitos e deveres fundamentais. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e a assinatura da declaração universal dos direitos humanos, em 1948, permitiram que os direitos humanos se tornassem direitos universais. Mas apesar de todos os avanços tecnológicos e da conquista de cidadania, as desigualdades sociais continuaram extremas durante o século XX. Algumas pessoas puderam enriquecer, porém a grande maioria da população mundial continuou vivendo em situações precárias. Além disso, como bem coloca Sena, (2014), as desigualdades econômicas entre os países aumentaram: os países ricos ficaram mais ricos e os países pobres, mais pobres ainda.

Já o século XXI, torna-se cada vez mais complexo, dinâmico, conturbado e suas transformações tem ocorrido numa velocidade muito acelerada.

Apesar das inúmeras mortandades neste século, ele chegou com cerca de 3,6 milhões de pessoas em 1970 e o século XXI ingressou com cerca de 6 milhões de seres humanos vivendo na Terra, conforme Turkenicz (2011). A expectativa de vida aumentou significativamente ao longo do século em praticamente todos os países do mundo. No Brasil, não foi diferente, os brasileiros também aumentaram esta expectativa. Esta era de 43,6 anos em 1950, 49,6 em 1960, 53,4 anos em 1970, quase 62 anos em 1980, 65 anos em 1988 e 68,7 anos em 2000. Esta modificação gerou duas novas idades na sociedade ocidental, ainda segundo este autor, uma delas ganhou o nome de adolescência, compreendendo um período difuso entre a infância e a adultez. A outra ganhou um número, terceira idade, e se refere ao período que vai da aposentadoria até morte. Ambas merecem atenções crescentes, ainda que provavelmente insuficientes, ao longo do século XX.

Destacamos aqui a “adolescência” que é o público das escolas pesquisadas, conceituado por Turkenicz (2011) o período que costuma ir dos doze aos vinte anos de idade. Nessa fase, ocorrem muitas transformações no corpo e na mente. Nas meninas, os seios se desenvolvem, o corpo se apresenta mais arredondado, o quadril tende a se apresentar mais largo, e surge a menstruação. Nos meninos, a voz começa a engrossar – e algumas vezes, no início dessa mudança, ela pode se apresentar desafinada. Além disso, o pênis e os testículos aumentam de tamanho. Em ambos há o crescimento do corpo, de forma geral, e de pelos na região genital e axilas. Nos garotos, também, podem surgir pelos no rosto, formando a barba

e o bigode. É geralmente nessa fase que as pessoas entram na faculdade, e também começam a namorar.

Para esta pesquisa vamos usar a consideração do que ressalta o ECA, Lei que nos baseamos por ser este nosso referencial:

Art 2: Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Retomando para o panorama familiar, de acordo com Turkenicz (2011), o século XX apresentou algumas tendências que podem ser observadas na grande maioria dos países ocidentais além do aumento da expectativa de vida, a diminuição do índice de mortalidade, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho e um aumento nos índices de divórcios e separações.

O mesmo acontece com as mais diversas populações com seus mais diversos costumes culturais, econômicos e políticos, episódios que interferem diretamente na organização familiar e conseqüentemente no interior das escolas.

2.3. A concepção de família

Iniciamos por indicar que etimologicamente, não há controvérsias da origem da palavra família. Há quem alegue que o termo deriva do latim *fames* “fome” e quem conteste afirmando que o termo deriva de *famulus* ‘servente’. À vista disso, para muitos, o termo família faz alusão ao conjunto de escravos e criados enquanto propriedade de um só homem.

O dicionário Aurélio (2014) nos mostra que o significado de família é “pessoas do mesmo sangue; origem; ascendência; conjunto de caracteres ou dos tipos com o mesmo desenho básico; reunião de gêneros; etc.”

O vínculo familiar também está baseado em questões como afeto e desenvolvimento dos primeiros ensinamentos onde a criança aprende a respeitar o próximo, Parolin (2010) ressalta o que é família:

Entende-se família como um núcleo ímpar, criador de uma cultura própria e com leis, regras, mitos, ritos e crenças peculiares. Cada pessoa que compõe uma família, além de compartilhar desses mesmos ideais e comportamentos, tem suas próprias emoções e suas diferentes significações do cotidiano doméstico. Esses diferentes universos se

entrelaçam e vão formando um jeito de viver e conviver que, ao mesmo tempo que conta, omite seus dramas, suas dores e seus sabores. (p.27)

A família nuclear foi a configuração hegemônica durante boa parte do século XX. Pai, mãe e filhos estavam colocados em uma relação afetivamente próxima e muito estreita. Outras relações de parentesco apareciam em uma órbita emocional consideravelmente mais distante, daí a ideia de núcleo, família nuclear, Turkenicz (2011). Outro conceito de família que também cita como núcleo é de Parolin (2005):

...família como núcleo ímpar, criador de uma cultura própria e com leis, regras, mitos, ritos e crenças peculiares. A família deve constituir num núcleo duradouro, mas que aceite mudanças; um núcleo afetivo e funcional em que cada um cuide de si e do outro, compreendendo o outro como um ser inteiro e dotado de inteligência e de desejos próprios; um núcleo que promova pertencimento mas que, ao mesmo tempo, possibilite individuação. Ser de determinada família é compartilhar de um sobrenome e, por outro lado, ser reconhecido como individualidade, diferente dela e estando nela. (p.37)

Essa família nuclear, promovida pela modalidade industrial de produção, tendo o pai como figura central, foi experimentando modificações: o grande patriarca foi perdendo este status. Iniciou-se neste tempo o deslocamento de mães e filhos de seus lugares de submissão, como pontua Turkenicz (2011):

Mãe e filhos deslocaram-se de seus lugares mais periféricos para ocupar um novo espaço. Os filhos, reivindicando e conquistando o direito de escolher com quem estabelecer suas relações conjugais. Escolhas que deveriam levar em conta os seus sentimentos. As mães e, mais que elas, filhos as mulheres em geral, reivindicando o direito a uma nova subjetividade, sobretudo por meio de bandeiras feministas. Entre suas bandeiras estava a de obter mais poder sobre a geração de filhos e maior inserção no mercado de trabalho. Esta família afetiva foi o objeto de reflexão freudiana. (p.13)

Deste modo, a família é o primeiro grupo social do qual participamos, através dela o indivíduo recebe influência de valores morais e sociais que irão construir sua identidade e serão essenciais para seu processo de socialização. Esses primeiros ensinamentos devem ser reforçados pela escola formando uma parceria com a família, inserindo e estimulando na criança esses valores necessários para sua vida, pois refletirão em suas atitudes em meio à sociedade influenciando de forma positiva ou negativa, segundo Parolin (2010, p.35):

Cabe à família a tarefa de estruturar o sujeito em sua identificação, individuação e autonomia. Isso vai acontecendo à medida que a criança vive o seu dia a dia inserido em um grupo de pessoas que lhe dá carinho, apresentando-lhe o funcionamento do mundo, oferece-lhe suporte material para suas necessidades, conta-lhe histórias, fala sobre coisas e os fatos, conversa o que sente e pensa, ensina-lhe a arte da convivência.

Parolin (2010), diz ainda que a família deve consistir num núcleo duradouro, mas que aceite mudanças; um núcleo afetivo e funcional em que cada um cuide de si e do outro, compreendendo o outro como ser inteiro e dotado de inteligência e desejos próprios; um núcleo que promova pertencimento mas que, ao mesmo tempo, possibilite individuação.

Independente de como e por quem é formada, a família será sempre um espaço de troca e expressão de sentimentos, de construção de saberes indispensáveis a formação humana, é lugar de intimidade onde podemos externar nossas limitações, frustrações e sofrimentos. Com o avanço acelerado no comportamento social houve uma mudança nos padrões de família. Antigamente as famílias eram formadas por muitos componentes, hoje as famílias são pequenas e o número de filhos únicos aumenta a cada dia, José Martins Filho (2008) enfatiza que as classe média começa a diminuir sua prole. As famílias são pequenas e o número de filhos únicos aumenta aceleradamente. Outra característica frequente é que as pessoas passam a ter filhos cada vez mais tarde.

Há famílias formadas por pais que vieram de outros casamentos trazendo com isso outras informações como cultura e hábitos que influenciaram em seus relacionamentos.

No atual modelo de família não podemos denominar quem deve executar determinada tarefa do cotidiano familiar como, a mãe cuida da casa enquanto o pai sai para trabalhar e sustentar toda família. Para José Martins Filho (2008) nesta sociedade, já não se pode falar em patriarcado ou matriarcado. O que temos realmente, salvo exceções interessantes, é a ausência de definição dos papéis, de quem assume o que em relação à família ou aos filhos.

A transformação das relações familiares aconteceu quando a mulher ingressou no mercado de trabalho, partilhando com o homem o lugar de provedora de recursos. Perante esta transformação, as relações familiares foram sofrendo diversos conflitos mediante o modelo patriarcal e igualitário. Parolin (2010) afirma que:

A grande arte da família é manter-se família, seja ela composta por pai, mãe e filhos; por mãe e filhos; por padrasto, mãe e filhos ou outras comparações. É continuar promovendo o desenvolvimento, o crescimento, a mudança e permanecer sendo família.

Quando em uma família os papéis cristalizam e as pessoas não suportam as mudanças que a vida oferece, ela perde a chance de continuar sendo família. (p.28)

Além de passar por muitas transformações no decorrer da história a família precisa se adaptar ao modelo socioeconômico vigente exerce influência direta na vida familiar. Hoje, o homem tem a missão de buscar sua maneira própria de ser, colaborando de alguma forma, com a vida em família e conseqüentemente com o meio social José Martins Filho (2008,) ressalta:

Ser mãe ou pai hoje é uma tarefa igual à do passado, acrescida dos problemas que a modernidade trouxe. É uma responsabilidade muito grande, que deve ser assumida com perfeito e profundo conhecimento de suas implicações. Crianças choram à noite, nem sempre dormem bem, precisam de cuidados especiais, de limpeza, banho, alimentação, carícias, precisam ser educadas e acompanhadas até a idade adulta. A tarefa de pais e mães não cessa nunca. (p.98)

Para que a criança obtenha um bom desenvolvimento é necessário que haja em sua família um relacionamento saudável, sendo assim ela deve encontrar em seu ambiente familiar proteção, afeto e o apoio necessário para resolver seus questionamentos, sentindo-se a vontade para expor seus pensamentos e dúvidas de forma que não se sinta constrangida ou até mesmo amedrontada.

A criança desenvolve sua personalidade através da família, que para ela é seu ponto de sustentação. Deste modo, a família deve fazer a mediação entre a criança e a escola. Buscando com isso, uma boa adaptação favorecendo seu desempenho educacional e social.

Ainda que desenvolva sua personalidade através da família, a criança possui características individuais que a diferencia dos demais componentes de sua família. Parolin (2010), defende a ideia que:

Ao reconhecer as qualidades e os defeitos de cada elemento familiar que compõe o campo socioafetivo familiar, a criança diferencia-se, caracteriza-se e se organiza em seu contexto sociocultural. Seria o mesmo que dizer que, pouco a pouco criança vai assumindo e simbolizando a sua existência mediante a sua própria rotina de vida, mediante a linguagem como organizadora e promotora de interlocução, mediante o seu desempenho de papéis e de modelos relacionais que lhe possibilitarão o amadurecimento e a capacidade de posicionar-se criticamente. Esse movimento fomenta a autonomia e, como consequência, deflagra a busca de um projeto de vida que, ao mesmo tempo, em que é grupal, é também individual. (p. 37)

Mediante seu cotidiano a criança adquire sua personalidade e autonomia. Atualmente é um dos desafios de instituições como a escola, sem preconceitos e pré-julgamentos, respeitar e compreender as condições e limitações de seus alunos que estão inseridos nestes modelos de família presente em todas as classes sociais, Parolin (2008, p.40) acrescenta: “A escola como todos os outros segmentos sociais, precisa fazer a leitura da família, de sua essência e de seu papel social (...)”

Para Cynthia Oliveira e Claysy Marinho Araujo (2010) atualmente há uma diversidade de família no que diz respeito à multiplicidade cultural, orientação sexual e composições.

Para ilustrar melhor esses diversos arranjos de família, pontuamos as modalidades e suas características, que são mais interessantes à pesquisa, retiradas dos conceitos citados por Oliveira (2009):

- Família Matrimonial: decorre do casamento como ato formal, litúrgico.
- Família Informal: formada pela união estável.
- Família Monoparental: quando o responsável é qualquer um dos pais com seu filho (ex.: mãe solteira ou pai solteiro e seu filho).
- Família Anaparental: é a relação que possui vínculo de parentesco, mas não possui vínculo de ascendência e descendência. É a hipótese de dois irmãos que vivam juntos, ou seja, formadas apenas pelos irmãos.
- Família Reconstituída: Pais separados, com filhos, que começam a viver com outro também com filhos.
- Família Pluriparental: é a entidade familiar que surge com o desfazimento de anteriores vínculos familiares e criação de novos vínculos. A especificidade decorre da peculiar organização do núcleo, reconstruído por casais onde um ou ambos são egressos de casamentos ou uniões anteriores. Eles trazem para a nova família seus filhos e, muitas vezes, têm filhos em comum
- Família Homoafetiva: é aquela decorrente da união de pessoas do mesmo sexo, as quais se unem para a constituição de um vínculo familiar, convivência pública, contínua, duradoura, com objetivo de constituição de família, aplicando-se, no que couber, as regras concernentes à união estável.
- Família Multigeracionais, termo utilizado em referência às famílias onde existem representantes vivos de pelo menos quatro gerações, avós, pais e criança.

Continuando nas novas configurações familiares, Santos (2014) apresenta Salvador Minuchin, um dos principais precursores da escola estrutural e acrescenta que: “ vê a família como um sistema que se define em função de fronteiras, que podem ser entendidas como organizações hierárquicas, agindo por meio de subsistemas: Conjugal (envolvendo

duas pessoas, seja hetero, seja homossexual), parental (representados pelo filhos, avós, tios, entre outros membros) e fraterno (de pessoas unidas por algum afeto, mas não por laços familiares).” O autor sinaliza apenas três tipos evidenciando apenas como se formou os laços que podem se consanguíneos ou não, sendo então conjugal, parental e fraterno. Pensando em regras, que todos os educadores exigem tanto das famílias e para que estas ensinem às crianças e adolescentes é interessante refletir sobre o que o autor Minuchin citado por Santos (2014) ainda ressalta:

[...]as regras dos subsistemas é a nitidez na fronteiras que se estabelecem nas relações. Quando as fronteiras são difusas, o espaço das famílias em que cada um atua não é bem definido, ocorrendo a invasão de outros membros. Já as fronteiras rígidas demonstram excessiva delimitação dos limites de espaço, resultando em famílias desligadas, com dificuldade de comunicação entre seus membros, podendo prejudicar todo o sistema. Famílias saudáveis emocionalmente são aquelas que conseguem delimitar bem o espaço onde cada um atua e apresentam, como esfera, fronteiras claras e precisas. (p. 198)

Aqui o autor coloca fronteiras representando o responsável pela família, este precisa ser e exteriorizar a confiança, a segurança para e com os demais membros da então família. Ele precisa estabelecer regras claras e objetivas, pois será o “modelo” a ser seguido. Então não se pode ter modelo extremista de passividade ou autoritarismo, precisa de equilíbrio para o bem comum e a saúde emocional dos membros. A partir da família que os indivíduos serão apresentados em outros espaços e poderá ampliar seu círculo social. É a família que contribui na apresentação de outros grupos, podendo ser de natureza política, social ou religiosa. Conforme os estudos de Winnicott (2005), apresentado por Santos (2014), o indivíduo, por sua vez, só conseguirá atingir a maturidade emocional em um contexto que a família seja capaz de garantir a transição entre o cuidado dos pais e a vida social, bem como encontrar, na vida social, elementos de extensão das funções da família. Neste sentido podemos assistir hoje muitas crianças e adolescentes com dificuldade em suas relações interpessoais como reflexo de suas famílias que não conseguem se entender e apresentam de forma disfuncional, ou seja, tem todo o formato de família mas não tem maturidade emocional e não conseguem perceber as regras necessárias para a boa convivência social.

Assim, quando o bom ambiente é destruído ou mesmo nunca existiu, o ódio é reprimido ou a capacidade de amar outras pessoas é perdida, cristalizando várias organizações defensivas na criança, ilustra Santos (2014, p. 199).

É significativo sinalizar sobre a formação de novas gerações, Parolin (2016) escreve:

...a formação das novas gerações se pauta na geração dos pais, que oferecem modelos e as orientações para as crianças e jovens tenham aporte para, a partir do que aprenderam em família, poderem desenvolver uma forma de viver tipicamente sua. Vale dizer que para inserir-se na sociedade de forma harmoniosa e feliz, o sujeito carrega sua história familiar, os valores, conceitos, crenças e conhecimentos que construiu em família, na pertença familiar, num jogo relacional com o que ele vive com seus pares. Na interação entre as personagens construídas em família, o que aprende na escola e com seus amigos e comunidade ela se constituirá uma pessoa.
(p. 31)

Enfim, é necessário que a noção de "família" seja ampliada e tratada com o devido respeito e sem discriminação. Elas não são certas nem erradas, são as diferentes formas como as pessoas, enquanto sociedade, consegue se organizar.

Em relação à escola, a criança desajustada não busca o ensino, mas sim os cuidados nesse ambiente escolar, que para ela tem mais sentido de "Albergue" ou "abrigo", Santos, (2014). Por este ponto de vista, temos presenciado muitas crianças e adolescentes que chegam às escolas desajustados, inconvenientes, impertinentes, desarmônicos com as relações interpessoais e consigo mesmo. Faz-se necessário reflexões profundas nas escolas e em outros ambientes que recebem crianças e adolescentes pensarem sobre o trabalho a ser desenvolvido. Aos adultos e educadores, está a tarefa de compreender o ambiente destas crianças e adolescentes para elaborar estratégias de acolhimento, entendimento e auxílio. Não será com a "punição" ou exclusão do ambiente que as atitudes serão mudadas, mas com o entendimento e a correta intervenção que este quadro poderá ser mudado, revertido, recuperado. Winnicott (2005) citado em Santos (2014) aconselha que os profissionais ligados aos cuidados com as crianças antissociais a não ser apenas professores, mas sim agentes que acrescentam em sua prática um colorido de compreensão humana. Terão que ser, antes, psicoterapeutas de grupo, e acrescentar à sua prática um pouco de ensino escolar.

2.3.1. O papel da família na vida escolar dos filhos

A família desempenha um papel de grande importância no desenvolvimento do indivíduo, já que será a principal transmissora das condutas e valores que permearão o comportamento do ser que com ela convive, então é fundamental e insubstituível o papel da família na educação de seus filhos. Consequentemente a ação educativa tem influência da família, essa influência, no entanto é básica e fundamental no processo de aprendizagem.

Entendemos que a escola tem objetivos e funções específicos, porém, a ideia de que a função de ensinar cabe somente a escola e que os pais não devem participar deste processo está ultrapassada e Paro (2007), ressalta o fato de a escola ter funções específicas não a isenta de levar em conta a continuidade entre a educação familiar e a escola; por outro lado, é possível imaginar um tipo de relação entre pais e escola que não esteja fundada na exploração dos primeiros pela segunda.

A família poderá inserir o gosto pelo saber através do desenvolvimento ações que incentivem a necessidade e entendimento ou surgimento de determinado objeto, resolução de uma determinada situação. Existem várias maneiras dos pais contribuírem em casa; através de um carinho, ajudando nos exercícios de casa, olhando o material, perguntando sobre quais atividades foram realizadas na escola ou o que ele aprendeu de novo, são alguns exemplos de auxílio e motivação. A ação dos pais, voltada para uma assistência prestada aos estudos dos filhos em casa, colabora para uma educação escolar de qualidade. Através desta assistência, os alunos vão para a escola estimulados e devemos considerar que toda pessoa precisa de motivação para estudar. A motivação do aluno em ir para escola deve estar baseada na construção de seu conhecimento e não achar que a escola é um ponto de encontro onde irá rever os amigos. Parafraseando Parolin (2010), independente do contexto da criança, todos os pais idealizam o sucesso sobre seus filhos e, a maioria deles, o sucesso principalmente nos estudos. Logo, desde muito cedo, as crianças sabem que necessitam corresponder às expectativas de obter sucesso escolar e que a escola é uma missão importantíssima na vida deles. Não são só os pais que cobram o sucesso escolar da criança, mas toda a sociedade.

Não podemos ignorar que nas escolas de modo geral são frequentadas pelas famílias carentes que vivem em condições precárias, com isso, não disponibilizam de condições adequadas de ensino em casa. Paro (2007, p.39) afirma que “(...) a precariedade dos recursos e dos espaços para o estudo no interior dos lares não deixa de ser uma realidade que dificulta o trabalho estudantil das crianças e jovens.” Oferecer material e dispor de um lugar apropriado para o estudo em casa é uma maneira de valorizar os estudos.

Para auxiliar a escola nas orientações às famílias quanto sua importância em participar da vida escolar dos filhos, o Ministério da Educação disponibiliza aos pais um folheto de nome “Acompanhem a Vida Escolar de Seus Filhos”, que também dá aos pais subsídios para uma participação efetiva na vida escolar da criança.

O acolhimento da escola para com a família é de suma importância e deve ser feito de maneira proveitosa, com o objetivo de recepcionar e integrar a família fazendo com que ela se sinta parte do espaço escolar. Sem a participação dos pais a educação não produz o resultado desejado, porque sozinha a escola não consegue avançar na formação de seus alunos

É fundamental e insubstituível o papel da família na educação de seus filhos. Portanto a ação educativa tem influência da família, essa influência, no entanto é básica e fundamental no processo de educá-las, nenhuma outra instituição possui condições de substituir. Os professores que sempre se colocaram em suas salas de aula, como meros transmissores de seus conhecimentos, hoje deparam com uma realidade onde apenas transmitir tais conhecimentos não basta é preciso ir além das salas de aulas e em muitos casos fazer o papel dos familiares, na transmissão de valores e princípios, o que faz de educar realmente mais que uma mera condição financeira, mas um ato de amor como disse o professor Paulo Freire.

“Tal relação implica em colocar-se no lugar um do outro e não apenas enquanto troca de favores, mas “...a cooperação, em seu sentido mais prodigioso: o de suportar afetos, permitir as escolas, os desejos, o desenvolvimento moral, como construção dos próprios sujeitos, um trabalho constante com estruturas lógicas e as relações de confiança. (2006, p.20).

Na perspectiva educacional, a família desempenha uma função importante na educação formal e informal. A instituição família, bem como a instituição escolar, ferramentas primordiais no desenvolvimento social, emocional, cultural e cognitivo do indivíduo, ao mesmo tempo em são transmissoras do conhecimento e dos valores éticos culturais. Elucidando Santos e Toniosso (2014), a escola, os conteúdos curriculares asseguram a instrução e apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação central com o processo ensino-aprendizagem. Já, na família, os objetivos, conteúdos e métodos se diferenciam, fomentando o processo de socialização, a proteção, as condições básicas de sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros no plano social, cognitivo e afetivo.

Na Constituição Federal de 1988, foram incluídos alguns artigos que dizem respeito aos direitos de cada cidadão, bem como os deveres que cada indivíduo possui. Dessa forma, a Constituição Federal apresenta a importância da participação ativa dos pais na vida social e cognitiva da criança, a família deve agir como potencializador da educação formal de seus filhos, incentivando e acompanhando o desenvolvimento do indivíduo.

Portanto, os pais ou responsável atribui, conforme Santos e Toniosso (2014):

“ter atenção especial à vida de seus filhos, estando atentos aos cuidados e necessidades que cada criança possui no seu processo de desenvolvimento. Entretanto, é importante ressaltar os segmentos sociais que se encontram a disposição dos pais, a instituição escolar é fundamental na educação formal que todo indivíduo deve adquirir para o seu preparo ao exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, contudo, cabe aos pais direcionar a criança para uma formação sistemática, enfatizando a educação como esfera significativa para seu desenvolvimento integral.”(p.130)

2.4. A escola no contexto social

Uma das tarefas da educação nas sociedades tem sido a de mostrar que os interesses individuais só se podem realizar plenamente através dos interesses sociais. Em outras palavras a educação ao socializar o indivíduo, mostra a este que sozinho, não poderá desenvolver o ser humano e sim só desenvolverá potencialidade em contato com outras pessoas, com o meio social. A coexistência no grupo por sua vez, só é possível se o indivíduo aceitar certas regras comuns a todos.

Neste sentido, os valores passaram a ser transmitidos não apenas pela família, mas também pela escola que passa hoje por uma reformulação para atuar desenvolvendo mais esta função. Assim, família e escola têm como objetivo preparar as crianças para o mundo, ainda que ambas obtenham meios diferentes para isso, pois a família tem suas particularidades e a escola tem sua própria metodologia de ensino.

A escola é uma instituição social onde a criança se desenvolve atuando por meio de suas características particulares e sociais Parolin (2008), ressalta que:

A escola é uma instituição potencialmente socializadora. Ela abre um espaço para que os aprendizes construam novos conhecimentos, dividam seus universos pessoais e ampliem seus ângulos de visão assim como aprendam a respeitar outras verdades, outras culturas e outros tipos de autoridade. Nessa instituição, o mundo do conhecimento, da informação, ou seja, o mundo objetivo, mistura-se ao dos sentimentos, das emoções e da intuição, ao dito mundo subjetivo. É emoção e razão que se fundem em busca de sabedoria. (p.46)

Através dela a formação da cidadania acontece mediante a aprendizagem. Essa prática escolar está expressa no artigo primeiro da LDB onde determina que a escola precisa

estar diretamente vinculada às práticas sociais. Sendo assim, a educação escolar deve preparar o aluno para vida levando-o a exercer uma prática social norteada por princípios como liberdade e solidariedade humana, ajudando o aluno a participar e entender os problemas sociais de sua comunidade, sendo ele formador de seus próprios pensamentos e opiniões.

A sociedade atual tem na escola uma excelente ferramenta capaz de não apenas transmitir educação e conhecimento como também, é um espaço favorável ao desenvolvimento de habilidades e a inclusão social, levando o aluno a uma postura autônoma.

Durante muito tempo a escola era vista como um espaço onde só eram encontrados alunos e professores, essa visão mudou através do desenvolvimento e necessidade da criança. Novas capacidades precisam ser desenvolvidas, assim atualmente a escola é um local onde abriga não somente professor e aluno como também, profissionais como orientadores educacionais e até mesmo encontramos psicólogos em algumas unidades de ensino.

O convívio escolar possibilita novas experiências, pois é uma vivência social que se diferencia da família, sendo o professor o mediador destes novos conhecimentos. É através do professor que o aluno receberá novas informações, sendo ele transmissor do conhecimento, porém o professor deve respeitar as habilidades existentes em seu aluno. Habilidades essas adquiridas através da família, como arte e cultura. A escola deve lembrar que pais e alunos fazem parte do contexto escolar, fazendo parte do processo educativo devendo ser ouvidos, pois suas sugestões podem contribuir para a melhoria do processo educacional. Incluir a sociedade na escola, através da parceria entre família e escola contribui para a troca de informações possibilitando resultados surpreendentes na educação. Essa parceria possibilitará ainda a extinção das desordens provocadas pelo mau comportamento por parte de alguns alunos, Paro (2007), ressalta que

É possível imaginar um tipo de relação que não consista simplesmente de uma “ajuda” gratuita dos pais à escola. Pode-se pensar em uma integração dos pais com a escola, em que ambos se apropriem de uma concepção elaborada de educação que, por um lado, é um bem cultural para ambos e, por outro, pode favorecer a educação escolar e, ipso facto, reverter-se em benefício dos pais, na forma da melhoria da educação de seus filhos. (p. 25)

A parceria família escola resulta na melhoria da escola, das relações e essencialmente na melhoria da educação.

CAPÍTULO 3 METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

3. Metodologia da Investigação

O capítulo a seguir traz informações a respeito da metodologia aplicada para a realização desta investigação, bem como a justificativa do uso desse método.

O método aplicado de acordo com o problema e os objetivos será o quantitativo, descritivo, ex post-facto, modalidade de estudo comparativo causal, por conceber que é o mais apropriado para compreender o problema da investigação através de números e programas.

Doravante será apresentado os resultados dessa investigação, os quais foram se delineando através das ferramentas desenvolvidas, empregadas e posteriormente validadas, no caso, os questionários de respostas múltiplas.

Após a aplicação dos questionários, foi realizada a análise fatorial, que tem como função determinar as probabilidades através das variáveis determinadas. Em seguida, após a aplicação do ensaio da prova de bondade e ajuste estatístico, finalizo com a análise de dados e conclusões alcançadas pelos estudos.

3.1. Fundamentação metodológica

Neste cenário, será descrito a fundamentação metodológica na qual se deu a pesquisa realizada. O trabalho foi baseado em técnicas de metodologia de pesquisa bibliográfica, análise documental através de documentos cedidos pela Secretaria Municipal de Educação de Búzios e pelas escolas pesquisadas, aplicação de questionário, análise dos resultados através do programa SPSS v.23, conclusões e sugestões. Todas essas técnicas metodológicas foram devidamente fundamentadas.

3.1.1. *Objetivos da pesquisa*

Segundo Sautu, Boniolo, Dalle e Elbert (2005), os objetivos constituem uma construção do pesquisador para abordar um tema, um problema da realidade a partir do marco teórico selecionado. Além disso, devem ser suscetíveis de serem respondidos no processo de pesquisa. Os objetivos têm por finalidade estabelecer o que pretende a pesquisa e devem contribuir para resolver o problema exposto.

Nas palavras de Campoy (2016), os objetivos servem como guias, da pesquisa. Consequentemente, de acordo com o problema exposto, apresento os objetivos:

3.1.1.1. Objetivo geral

Analisar a participação das famílias na vida escolar na percepção dos professores nas escolas do ensino Fundamental II de Armação dos Búzios (Rio de Janeiro).

3.1.1.2. Objetivos específicos

Para atingir o objetivo geral dessa investigação formulamos três pontos considerados como imprescindíveis para a efetivação e o aproveitamento desse trabalho, sendo eles:

1. Identificar normativas descritas nos Projetos Político Pedagógico das escolas que favoreçam participação na vida escolar.
2. Determinar normativas nos Projetos Político Pedagógico, em relação a convivência escolar, nas escolas participantes.
3. Avaliar a participação da família quanto a convivência na vida escolar

O quadro a seguir exhibe as perguntas associadas aos objetivos de pesquisa.

Quadro 9 - Perguntas e objetivos específicos da pesquisa

PERGUNTAS	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Quais as normativas descritas nos Projetos Políticos Pedagógicos das escolas que favorecem a participação da família na vida escolar?	Analisar a participação das famílias na vida escolar na percepção dos professores nas escolas do Fundamental II de Armação dos Búzios (Rio de Janeiro)	Identificar normativas descritas nos Projetos Político Pedagógico das escolas que favoreçam participação da família na vida escolar.
Que normativas são encontradas nos Projetos Políticos Pedagógicos, em relação a convivência escolar, nas escolas participantes?		Determinar normativas nos Projetos Político Pedagógico, em relação a convivência escolar, nas escolas participantes.
Qual a avaliação da participação da família quanto a convivência na vida escolar?		3. Avaliar através do que está pontuado no PPP das escolas pesquisadas participação da família quanto a convivência na vida escolar.

3.2. Variáveis da pesquisa

Quadro 10 - Variáveis e objetos de estudos

Fatores	Variáveis
Associados a dados acadêmicos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Anos de docência ✓ Unidade escolar ✓ Função

Quaro 11 - Variáveis e categorias

Variáveis	Categoria
Anos na docência	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 0 a 5 anos ✓ 6 a 10 anos ✓ Mais de 11 anos
Unidade Escolar	<ul style="list-style-type: none"> ✓ E.M. Darcy Ribeiro ✓ E.M. Nicomedes Theotonio Vieira ✓ E.M. Cilea Maria Barreto ✓ E.M. Profª Regina da Silveira Ramos ✓ INEFI

3.3. Cronograma da pesquisa

Quadro 12 – Cronograma da Pesquisa

Fase	Atividades	Tempo	
Primeira fase	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Revisão teórica. ✓ Desenho da pesquisa. ✓ Contato com os professores e diretores das escolas do Fundamental II ✓ Elaboração do questionário / respostas múltiplas ✓ Validação e confiabilidade do instrumento: “Questionário: a participação da família na convivência escolar” ✓ Elaboração final do questionário. 	6 meses	Janeiro a julho
Segunda fase	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aplicação do instrumento. ✓ Levantamento de informações. ✓ Processamento da informação (SPSS) 	3 meses	Julho a agosto de 2018
Terceira fase	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Análise dos dados, discussão e elaboração de resultados. ✓ Redação do informe final. ✓ Elaboração de propostas. 	3 meses	Agosto a outubro 2018

3.4 Contexto da pesquisa

As cinco escolas pesquisadas estão situadas no município de Armação dos Búzios, na chamada Região dos Lagos no Estado do Rio de Janeiro. O município se estende por 70,3KM² e sua densidade demográfica é de 391,8 habitante por Km² no território do município. Vizinheiro dos municípios de Cabo Frio, Rio das Ostras, Armação dos Búzios se situa a 20 km ao Norte-leste de Cabo Frio, a maior cidade nos arredores.

Fotografia 8 – Localização do Município de Armação dos Búzios em relação ao Brasil



Fonte: <https://www.google.com/search?q=buzios+rj+localização+mapa&tbm> : 09/09 – 17:36

Segundo a última pesquisa do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizada em 2016, com os dados de 2015, o município contava com 27.538 habitantes. Maiores informações acerca do município *lócus* dessa pesquisa encontram-se no capítulo 1 desta pesquisa.

O atual prefeito de Armação dos Búzios é André Granado Nogueira da Gama e o seu vice-prefeito Carlos Henriques Pinto Gomes

A fotografia abaixo a seguir refere-se a fachada do prédio da Prefeitura de Armação dos Búzios.

Fotografia 9 – Prédio da Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios



Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=prefeitura+de+buzios&source> – 09/09 – 17:30

A Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia é responsável por assegurar a organização eficaz do ensino e aprendizagem, ofertando da educação infantil ao ensino médio. Cabe à esta secretaria desenvolver políticas pedagógicas para promover a interação de escolas, pais, alunos e comunidades; promover o bem-estar dos estudantes através de atividades fora da sala de aula, com programações culturais e esportivas; promover o desenvolvimento da tecnologia em educação na rede municipal de ensino; assegurar padrões de qualidade de ensino e implantar políticas públicas de democratização do acesso ao ensino fundamental e de inclusão social.

A fotografia a seguir exibe o prédio da Secretaria Municipal de Educação – SEME

Fotografia 10 – Fachada da Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia



Fonte: a autora

3.4.1 Contextualizando as escolas

As cinco unidades escolares escolhidas para a realização desta pesquisa são a Escola Municipal Darcy Ribeiro, a Escola Municipal Nicomedes Theotônio da Silveira, Escola Municipal Cilea Maria Barreto, Escola Municipal Prof^a Refina da Silveira Ramos e o Instituto de Habilitação Profissional e Formação Integral – INEFI.

A contextualização mais detalhada sobre essas unidades escolares encontra-se no capítulo 1 deste trabalho. Doravante, apresenta-se uma síntese sobre cada uma delas, a fim de mostrá-las no contexto da pesquisa e dos resultados.

Escola Municipal Darcy Ribeiro

Situada no centro de Armação dos Búzios, ao lado do Prédio da Prefeitura, a unidade escolar iniciou suas atividades em 1999, atendendo aos alunos das 5^a, 6^a e 7^a séries que estavam provisoriamente em outro prédio, no horário de 15h às 20h. A escola foi inaugurada em 21 de agosto, com as salas ambientes e nos anos seguintes passou a ser dividida por séries, hoje anos de escolaridade, de acordo com a faixa etária.

Atualmente conta com um corpo docente de 50 professores e 538 alunos distribuídos entre os 6^o aos 9^o anos de escolaridade. Esta escola municipal já ofereceu a Educação de Jovens e Alunos que se extinguiu em 2015.

Fotografia 11 – Interior Escola Municipal Prof. Darcy Ribeiro



Fonte: a autora

Escola Municipal Nicomedes Theotônio Vieira

Esta unidade escolar está situada no Bairro de Manguinhos, que fica entre o Pórtico e o centro de Armação dos Búzios.

Fotografia 12 – Fachada do exterior da Escola Municipal Nicomedes Theotônio Vieira



Fonte: a autora

Foi inaugurada em 1990 para suprir a demanda de 5^a a 8^a séries, que até o momento de sua fundação, era atendida pela Escola Municipal José Bento Ribeiro Dantas, localizada no mesmo bairro.

Fotografia 13 – Fachada do interior da Escola Municipal Nicomedes Theotônio Vieira



Fonte: a autora

Nos anos de 1990 a 1998, a Escola Municipal Nicomedes Theotônio Vieira foi a única escola municipal a atender ao Segundo Segmento do Ensino Fundamental. Em 1999 passou a atender também a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos com turmas completas em sua possibilidade de alunos, fato que hoje já não acontece, pois tem um pequeno número de alunos e a evasão é uma preocupação da equipe gestora e pedagógica.

Em 2012, foi detectado na estrutura da Escola Municipal Nicomedes Theotônio Vieira rachaduras. O prédio foi interditado, pelos problemas estruturais apresentados através de laudos emitidos pelo Secretário de Obras. Nos dias 18 e 19 de setembro ocorreu a mudança da Unidade Escolar para o novo espaço e no dia 20 de setembro do mesmo ano, as aulas foram iniciadas. Em 2013, a Escola Municipal Nicomedes Theotônio Vieira retorna ao endereço de origem, com uma nova estrutura física.

Atualmente conta com um corpo docente de 60 professores e 620 alunos distribuídos entre os 6º aos 9º anos de escolaridade e a Educação de Jovens e Adultos

Escola Municipal Prof.ª Cilea Maria Barreto

A escola Municipal Professora Ciléa Maria Barreto fica situada no bairro da Rasa, periferia do município de Armação dos Búzios, separado por 18 Km de distância do centro da cidade. O bairro da Rasa possui uma área quilombola reconhecida em 2005 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Fundação Palmares, em 2005. O local reúne moradores descendentes de escravos que mantiveram vivas ao longo do tempo as principais tradições da cultura africana. A conversão de grande parte da comunidade da Rasa ao protestantismo, na década de 50, não apagou as recordações do jongo, das festas de folia de reis, de calango e das festas do boi. O Quilombo da Rasa teria se originado de escravos da antiga Fazenda Campos Novos.

Fotografia 14 – Escola Municipal prof.^a Ciléa Maria Barreto



Fonte: a autora

A escola Municipal Professora Ciléa Maria Barreto tem a sua pré-história no ano de 2001, quando iniciou suas atividades no prédio da Escola Municipal Manoel Antônio da Costa, no horário especial de 16:00 às 20:30, atendendo a 5 classes de 5ª série, hoje 6º ano do ensino fundamental, para solucionar o grande número de excedente de alunos de 5ª série da rede municipal, residentes no Bairro da Rasa. A escola teve primeiro ano de existência, de fato, em 2002, oferecendo da 5ª à 8ª séries, hoje 6º ao 9º anos de escolaridade.

A referida escola também já ofereceu a Modalidade de Educação de Jovens e Adultos desde a I Fase à IX Fase. Fases que foram encerrando suas atividades devido à falta de alunos e em 2017, encerrou definitivamente as turmas do 3º turno, ficando apenas com os turnos diurnos.

Atualmente conta com um corpo docente de 57 professores e 624 alunos distribuídos entre os 6º aos 9º anos de escolaridade.

E.M. Profª Regina da Silveira Ramos

A referida Unidade Escolar localiza-se no Loteamento Águas Claras, no Bairro de São José – Armação dos Búzios. A escola atende os anos finais do Ensino Fundamental, 6º ao 9º anos de escolaridade.

Fotografia 15 – E.M. Profª Regina da Silveira Ramos Vieira –Fachada exterior



Fonte: A autora

A Escola Municipal Regina da Silveira Ramos Vieira foi inaugurada em 04 de julho de 2012 para atender a demanda de alunos dos anos finais do Ensino Fundamental provenientes dos Bairros circunvizinhos. Recebeu este nome em homenagem à Professora Regina da Silveira Ramos Vieira que muito contribuiu para a educação buziana, em funções como de diretora escolar, coordenadora na Secretaria Municipal de Educação e proprietária de uma escola particular, o Centro Educacional Francisca Alves Pereira.

A Unidade Escolar situa-se em um bairro na periferia de Armação dos Búzios e atende até mesmo alunos do Município de Cabo Frio por ser de mais fácil acesso, considerando o Segmento.

Atualmente conta com um corpo docente de 54 professores distribuídos nos componentes curriculares e 522 alunos em seu total.

Fotografia 16 – Fachada interior da escola



Fonte: A Autora

Instituto de Habilitação Profissional e Formação Integral - INEFI

O Instituto de Habilitação Profissional e Formação Integral tem seu endereço na avenida José Bento Ribeiro Dantas s/nº no bairro da Rasa, periferia do município de Armação dos Búzios. Atende Ensino Fundamental II 9º ao 9º anos de escolaridade, no diurno e o Ensino Médio Regular, no noturno. Atualmente conta com 68 professores e 21 turmas e 653 alunos no total. São 33 funcionários entre equipe técnica pedagógica, diretiva e administrativa.

Fotografia 17 – Entrada do Instituto Educacional de Habilitação Profissional e Formação Integral – INEFI



Fonte : a autora

O Instituto Educacional de Habilitação Profissional e Formação Integral – INEFI, de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e Ensino Médio, teve sua origem na antiga instalação da Fundação Bem-Te-Vi, no bairro da Rasa, no município de Búzios, numa área de, aproximadamente, 140000 m².

Fotografia 18 - INEFI – Exterior da escola



Fonte: a autora

A proposta inicial seria de um estabelecimento de ensino de tempo integral para o Ensino Fundamental e com Habilidades profissionais para o Ensino Médio. No Ensino Fundamental, além das disciplinas curriculares regulares, ter-se-ia as disciplinas de contra turno (Teatro, Ética e Cidadania, Informática, Educação Ambiental, Música Instrumental, Música Coro, Esportes, Cultura Popular, Artes Visuais, Dança, Estudos Dirigidos de Língua Portuguesa e Matemática). No Ensino médio, além das disciplinas curriculares regulares, ter-se-ia Habilidades Profissionais em Hotelaria, Gastronomia e Educação Ambiental. Entretanto, a Educação Integral e as habilidades profissionais ainda não foram efetivadas. Sendo assim, a escola iniciou suas atividades em fevereiro de 2013, com aulas regulares, sendo oferecida atividades lúdicas / oficinas no contra turno.

A partir do ano de 2014, estas oficinas não foram mais oferecidas para as turmas do Ensino Fundamental conforme acontece até os dias atuais.

A escola funciona no entorno de uma praça pública que é um espaço para a prática de esportes e diversão da comunidade. Ali encontra-se também o Cine teatro Rasa, que atende as escolas da Rede Municipal em seus festivais, encontros, palestras, eventos em geral e nos finais de semana é aberto à comunidade em sessões de cinema gratuitas. Apesar de ser distante do centro da cidade de Armação dos Búzios a escola não é de difícil

acesso. Neste bairro Rasa fica o principal acesso para quem deseja acessar a cidade vindo dos municípios vizinhos como Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia e Cabo Frio, por isso professores e alunos não encontram dificuldade em acessá-la.

Esta unidade escolar recebe os alunos do bairro Rasa e suas adjacências como também alunos do município de Cabo Frio por fazer fronteira e ser de mais fácil acesso que as próprias escolas da rede municipal de Cabo Frio, principalmente alunos que cursam a partir do 6º ano de escolaridade.

3.5. População e amostra

A população alvo da pesquisa, definida por Hair Jr. (2005, p. 239) como “o grupo completo de objetos ou elementos relevantes para o projeto de pesquisa” e que compartilham algum conjunto comum de características.

A amostra, “subconjunto relativamente pequeno da população”, Hair Jr (2005 p. 237), conforme o autor, é uma pequena soma expressiva extraída da totalidade.

O primeiro passo de uma pesquisa é determinar a população e a amostra. De acordo com Campoy (2016) a população é o conjunto de elementos (sujeitos, objetos, entidades abstratas etc.), finito ou infinito, definido por uma ou mais características, das que participam todos os elementos que o compõem, e somente eles. Por sua parte, a amostra é uma parte representativa da população que permite generalizar os resultados de uma pesquisa.

No nosso caso, a população está formada pelos docentes das Escolas Municipais; Professora Regina da Silveira Ramos Vieira, Nicomedes Theotonio Vieira, Professor Darcy Ribeiro, Professora Cilea Maria Barreto e Instituto de Habilitação Profissional e Formação Geral (em todas as escolas vários docentes possuem duas matrículas e atuam na mesma Unidade Escolar ou em uma das demais Escolas da Rede Municipal de Armação dos Búzios), tal qual se mostra na tabela abaixo.

Tabela 1: Distribuição de população e amostra

ESCOLA MUNICIPAL	POPULAÇÃO	AMOSTRA CONVIDADA	AMOSTRA PARTICIPANTE
Profª Regina da Silveira Ramos Vieira	54	54	38 (70,3%)
Nicomedes Theotonio Vieira	60	60	20 (33,3%)
Profº Darcy Ribeiro	50	50	18 (36%)
Profª Cilea Maria Barreto	57	57	30 (52,6%)
INEFI	68	68	22 (32,3%)

Entretanto, ressaltamos que os impasses para o levantamento de dados e obter estas amostras se deram por encontrar um professorado inconsistentes para cooperar com esta pesquisa; os mesmos ainda alegaram pouca disponibilidade de tempo para responder ao questionário de respostas múltiplas, instrumento desta pesquisa.

4.6. Desenho da pesquisa

O problema da pesquisa estabelecido no estudo (a escola garante em suas metas, ações que favorecem a participação e a interação da família na escola), nos leva a buscar uma resposta desde a perspectiva metodológica quantitativa, pesquisa *ex-post facto*, de método descritivo e modalidade estudo explicativo causal.

Quando se desenha a pesquisa, os fatos já foram produzidos e portanto não há manipulação da variável independente. Trata-se de um tipo de pesquisa na que não modifica o fenômeno ou situação objeto de análise (Bernardo e Caldero, 2000). Já para um autor clássico como Kerlinger (1979, p. 116), “A pesquisa não-experimental ou *ex-post facto* é qualquer pesquisa na qual se torna impossível manipular variáveis ou atribuir aleatoriamente aos sujeitos ou às condições”.

A modalidade de estudo comparativo causal é um tipo de pesquisa que vai além do descritivo, pois o pesquisador tem por objetivo identificar relações do tipo causa-efeito, ou seja, detectar os fatores que parecem ser encontrados associados a certos fatos, portanto, têm um caráter *explicativo* (Campoy, 2016, p. 149).

De acordo com seu enfoque quantitativo, propusemos como técnica a aplicação de questionários de questões múltiplas.

Tabela 2: Enfoque Metodológico

PARADIGMA	ENFOQUE METODOLOGICO	TÉCNICA	ANÁLISE
Quantitativo	Método descritivo modalidade <i>ex-post facto</i> (explicativo)	Questões múltiplas escolhas	SPSS (v. 23)

CAPÍTULO 4 ANÁLISE DOS DADOS

4. Análise dos Dados

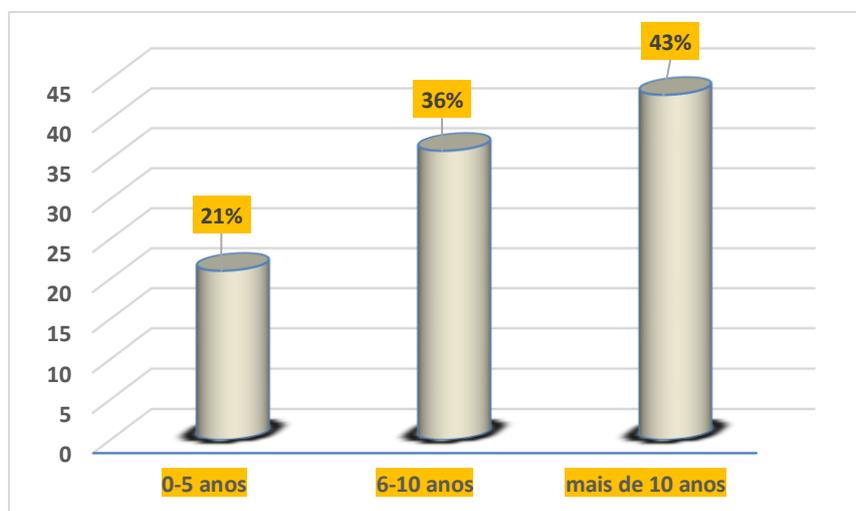
Neste capítulo serão apresentados os resultados da pesquisa. Após análise, foi observado que tais resultados respondem aos objetivos propostos na pesquisa.

Tabela 3. Caracterização da amostra

	Frequência	%	Media	DE
Experiência			2,22	,773
0-5 anos	24	21,0		
6-10 anos	41	36,0		
Mais de 10	49	43,0		
Escola			3,13	1,373
Prof ^o Darcy Ribeiro	19	16,7		
Nicodemus	18	15,8		
Prof ^a Cilea	31	27,2		
INEFI	21	18,4		
Prof ^a Regina	25	21,9		
Função		1,12	,330	,330
Professor	100	87,7		
Diretor	14	12,3		

A tabela acima, “caracterização da amostra”, identifica os participantes da pesquisa que são os professores e diretores, sendo que estes apresentam em maior porcentagem com mais de 10 anos de experiência, 43%. Identifica ainda as escolas participantes, sendo a U.E. Prof^a Cilea Maria Barreto com maior participação, 27,2% e a escola que menos participa é a escola Nicomedes Theotonio Vieira com apenas 15,8%.

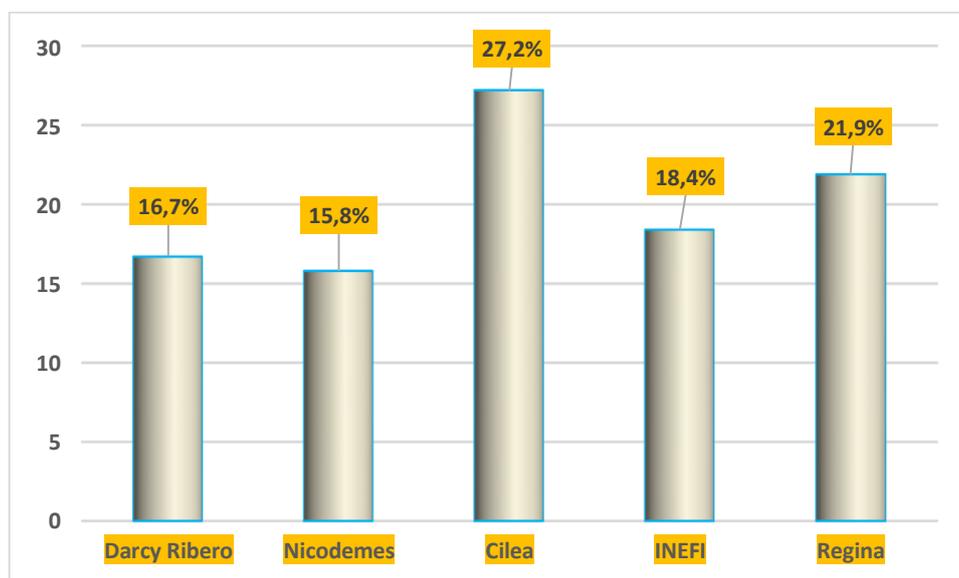
Gráfico 1. Experiência profissional na docência



Quanto a experiência profissional, 43% dos professores possuem 10 anos ou mais de trabalho docente.

Isto mostra que a maioria dos participantes já apresentam bastante experiência profissional em escolas.

Gráfico 2. Classificação por escola



A E.M. Prof^a Ciléa Maria Barreto foi a que mais participou da pesquisa com 27,2% dos docentes.

Tabela 4. Participação no PPP

		frequência	%	media	DE
acesso PPP	sim	80	70,2	30	1,60
	não	34	29,8		
construção PPP	sim	55	48,2	52	1,02
	não	59	51,8		
prevê participação da família	sim	72	63,2	60	1,38
	não	16	14,0		
	não sei	26	22,8		
tem conselho escolar	sim	72	63,2	50	1,20
	não	27	14		
	não sei	15	22,8		

Conforme a tabela acima, 70,2% dos professores tem acesso ao PPP da escola que leciona, 51% dos professores não participaram da construção do PPP e 63% diz que o PPP prevê ações de participação das famílias e também 63% das escolas tem Conselho Escolar.

Tabela 5. Localização das escolas

	Frequência	Porcentagem	Media	DE
centro	37	32,5	1,68	,470
periferia	77	67,5		

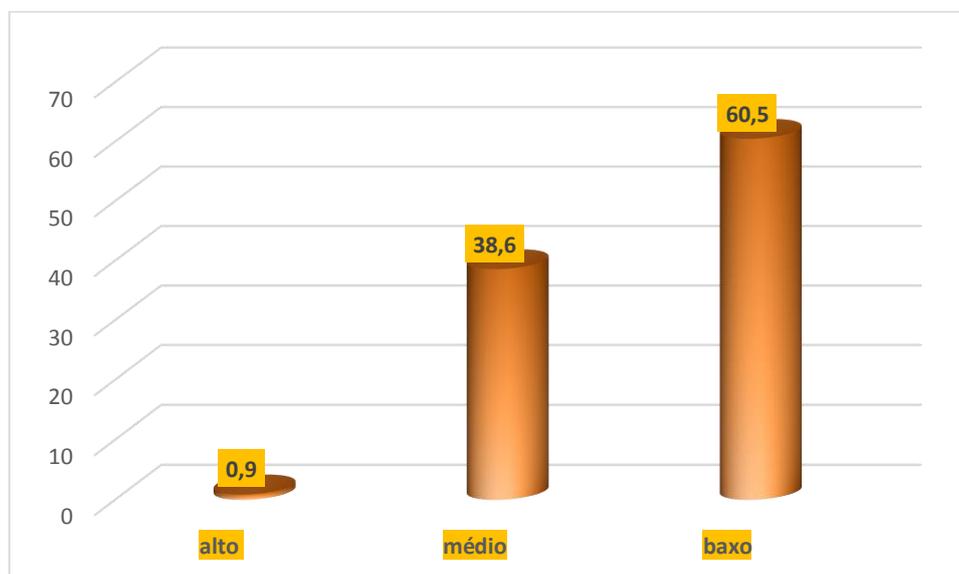
Das escolas que participaram da pesquisa, 67,5% localizam-se na periferia da cidade de Armação dos Búzios.

Tabela 6. Nível econômico, convivência e relação satisfação das famílias

	nível	frequência	%	media	DE
nível econômico familiar	alto	1	,9	2,60	,510
	médio	44	38,6		
	baixo	69	60,5		
nível de convivência na escola	mal	43	37,7	1,75	,673
	aceitável	56	49,1		
	bom	15	13,2		
participação da família	mal	49	43,0	1,66	,636
	aceitável	55	48,2		
	bom	10	8,8		
famílias satisfeitas com a escola	sim	49	43,0	1,20	,403
	não	91	78,8		

Na tabela acima, variável nível econômico familiar, nível de convivência na escola e relação satisfação das famílias com a escola, verificamos que a porcentagem é maior o nível econômico familiar tem nível econômico baixo, com 60,5% não chega a 1% da população com nível econômico alto. Enquanto o nível de convivência na escola a porcentagem é significativa com 37,7% e a participação da família é 43% é mal (ruim) mas 78,8% das famílias estão satisfeitas com a escola. Fato último que mostra uma discrepância entre as variáveis.

Gráfico 3. Nível econômico familiar

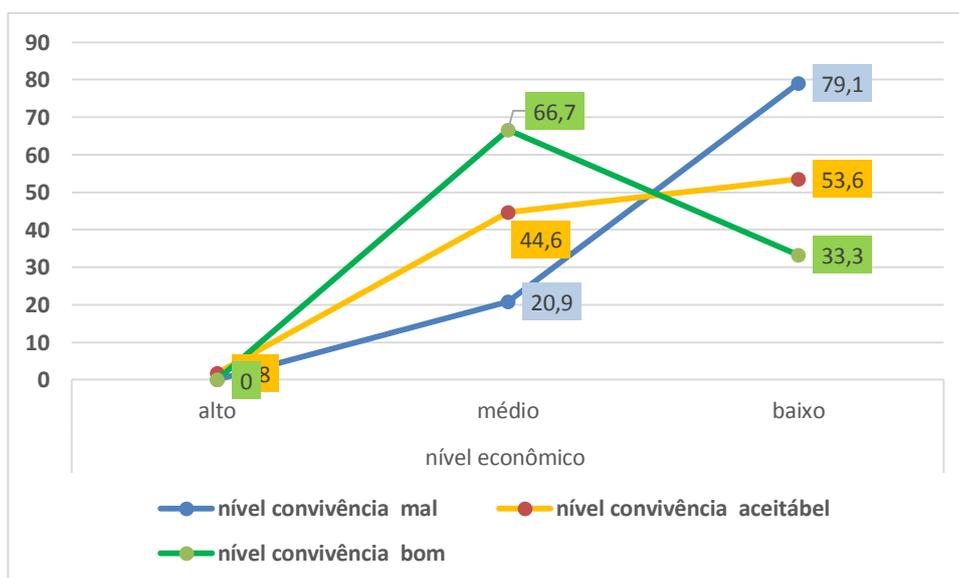


Abaixo na tabela 5, estabelece-se uma associação entre o nível econômico da família e a convivência na escola é valorizada (χ^2 , 012). Famílias com um nível econômico médio, a convivência é de 56,8% dado como bom, comparado com 43,5% das famílias de baixa renda. Famílias com menos recursos econômicos avaliam a convivência (49,3%) em comparação com as famílias de nível médio (20,5%).

Tabela 7. Nível econômico familiar e convivência escolar

		nível econômico da família			Total
		alto	médio	baixo	
nível convivência família /escola	mal	0	9	34	43
		0,0%	20,9%	79,1%	100,0%
		0,0%	7,9%	29,8%	37,7%
	aceitável	1	25	30	56
		1,8%	44,6%	53,6%	100,0%
		0,9%	21,9%	26,3%	49,1%
	bom	0	10	5	15
		0,0%	66,7%	33,3%	100,0%
		0,0%	8,8%	4,4%	13,2%
Total		1	44	69	114
		0,9%	38,6%	60,5%	100,0%
		0,9%	38,6%	60,5%	100,0%

Gráfico 4. Nível econômico e convivência escolar



A associação estabelecida entre o nível econômico da família e a satisfação com a escola (<, 015). As famílias de renda média estão mais satisfeitas com a escola (93,2%) do que as famílias de baixa renda (71,0%).

Tabela 8. Associação nível econômico e satisfação familiar

Variáveis	sig.	V de Cramer
Nível econômico/convivência	,012	,237 (moderada)
nível econômico e satisfação	,015	,272 (moderada)

Quem toma iniciativa para as reuniões com os pais ou responsáveis?

O quadro mostra que a iniciativa para reunir-se com as famílias acontecem por parte dos diretores.

Tabela 9. Iniciativa para reunião com pais ou responsáveis

	frequência	%	media	DE
diretor	93	81,6	1,66	1,456
professor	2	1,8		
pais	1	,9		
conselho	1	,9		
comunidade	17	14,9		

Participação dos pais nos planejamentos escolares

Somente 67,5 dos pais participam, o que configura pouca participação, média (<5)

Tabela 10. Participação dos pais nos planejamentos escolares

	frequência	%	media	DE
não	4	3,5	2,64	67,5
às vezes	33	28,9		
sim	77	67,5		

Medidas conjuntas com a família que ajudariam a resolver os conflitos na sala de aula

No quadro abaixo mostra que a situação mais adequada para a participação dos pais é apontada pelos professores com 78,9% toda a comunidade estaria envolvida.

Tabela 11. Medidas conjuntas com a família que ajudaria a resolver os conflitos na sala de aula

ítem	Frequência		media	DE
Sim, porque toda a comunidade estaria envolvida	90	8,9	,25	561
Depende das medidas adotadas	21	8,4		
Não, porque a família pensa de forma diferente	0			
Não, porque o período é o que menos importa	1	,9		
Não, acredito que esta ação é apenas do diretor	2	,8		

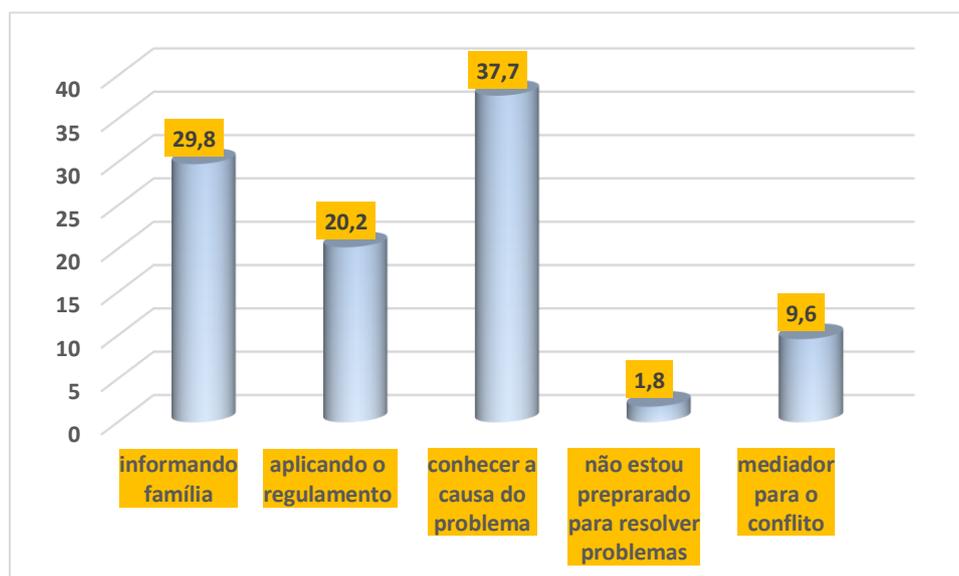
Solução mais adequada para resolver problemas na escola.

Pelo exposto abaixo, a solução mais adequada é conhecer a causa do problema com 37,7%

Tabela 12. Solução mais adequada para resolver problemas na escola.

Item	Frequência	%	media	DE
informando para a família	34	29,8	2,39	1,230
aplicando o regulamento (suspensão, transferencia de escola)	23	20,2		
conhecer a causa do problema	43	37,7		
não estou preparado para resolver problemas	2	1,8		
contar com um mediador para o conflito	11	9,6		

Gráfico 5. Solução mais adequada para resolver problemas na escola



Tal como observamos que 37,7 precisa conhecer a causa do problema e 1,8 dos professores não estão preparados para resolver os problemas.

Porque a violência escolar é um problema?

Percebe-se que a falta de parceria da família é o que aparece como o maior problema

Tabela 13. Porque a violência é um problema

ítem	frequência	%	media	DE
afeta a convivência	93	83	,82	,389
afeta a imagem da escola	27	24,1	,24	,427
falta a parceria da família	65	58,0	,57	,497
na escola que trabalho não tem violência	5	4,5	,04	,206

Gráfico 6. Violência escolar

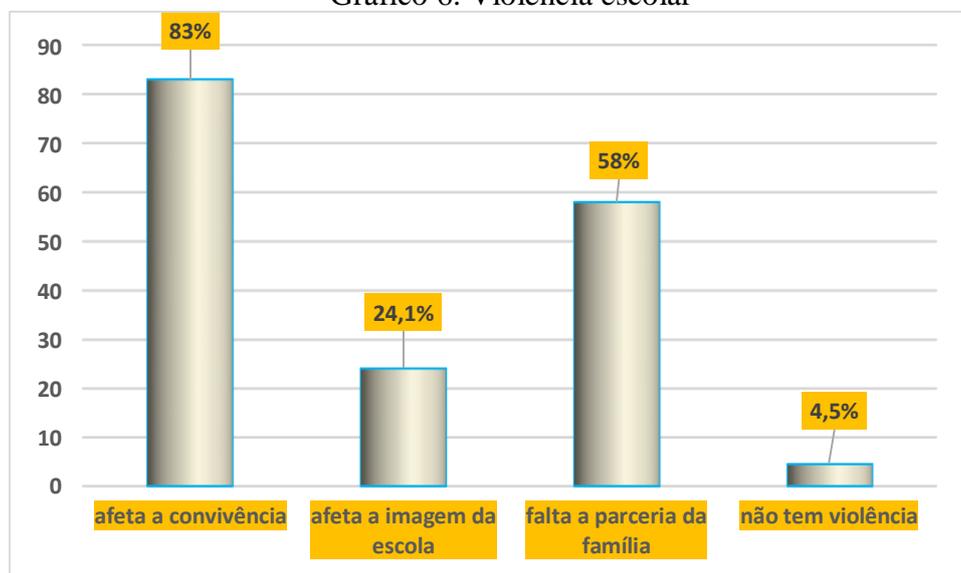
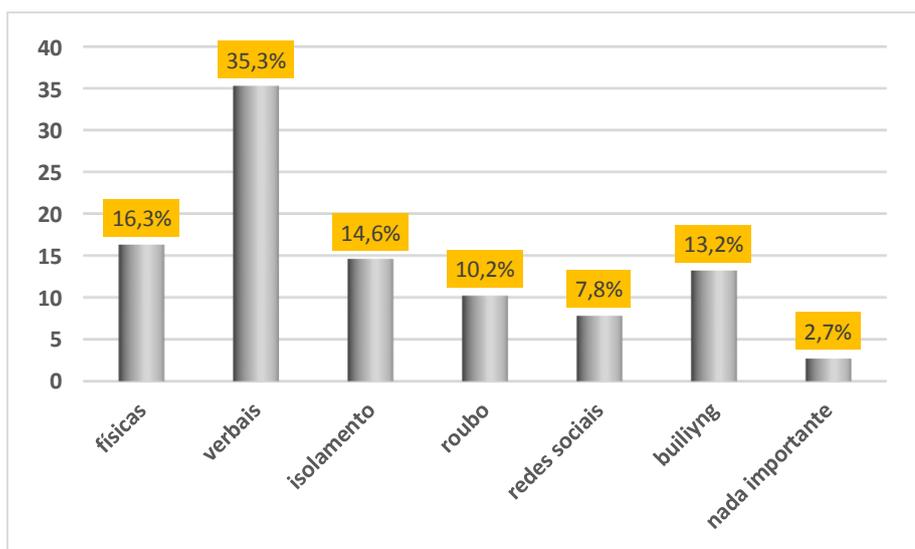


Tabela 14. Agressões mais comuns na escola

ítem	frequência	%	media	DE
físicas	48	16,3	,42	,496
verbais	104	35,3	,91	,284
isolamento	43	14,6	,38	,487
chantagem, roubo	30	10,2	,26	,442
nenhuma agressão de importância	8	2,7	,07	,257
redes sociais	23	7,8	,20	,403
bullying	39	13,2	,34	,477

Diferenças significativas são estabelecidas entre a escola e o tipo de agressão física, nas variáveis redes sociais (<, 034) e bullying (<, 007). O percentual de agressão pelas redes sociais é maior na escola Prof^o Darcy Ribeiro (42,1%) e no menos no INEFI (4,8%). Bullying também ocorre com mais frequência em Prof^o Darcy Ribeiro (68,4%) seguido de Nicodemus (38,9%). A escola onde o bullying tem menor incidência é a Cilea Maria (5,3%).

Gráfico 7. Agressões mais comuns



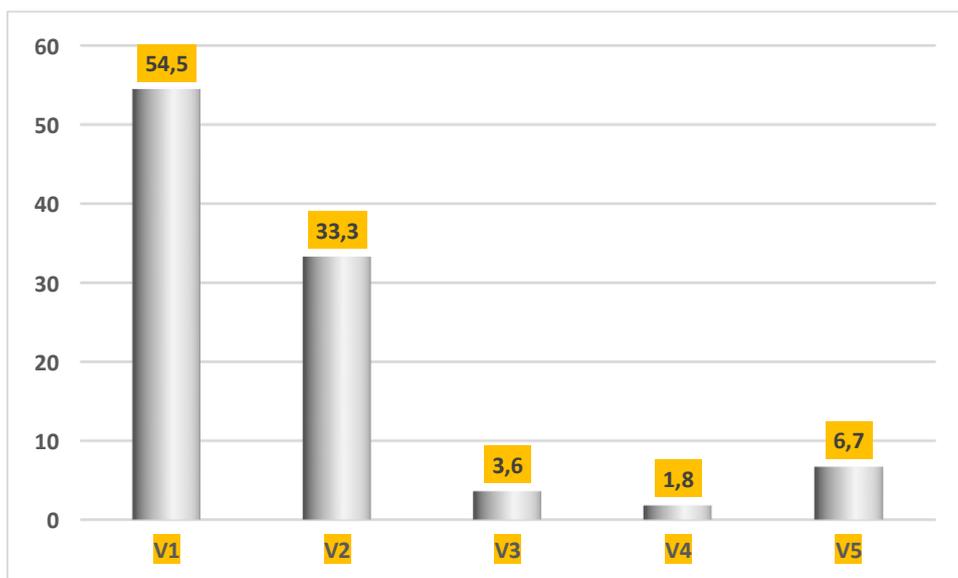
Dificuldades para participação da família

Como se observa na tabela seguinte, tem uma porcentagem importante da família que tem falta de interesse pela participação na escola 54,5% como 33,3% tem dificuldade com o horário das reuniões.

Tabela 15. Dificuldades para participação da família

item	Frequência	%	media	DE
falta de interesse por parte das famílias	90	54,5	,79	,409
incompatibilidade dos horários	55	33,3	,48	,502
falta de interesse por parte da equipe escolar	6	3,6	,05	,225
desconfiança entre professores e famílias	3	1,8	,03	,161
falta de canais de comunicação	11	6,7	,10	,297

Gráfico 8. Dificuldades participação da família



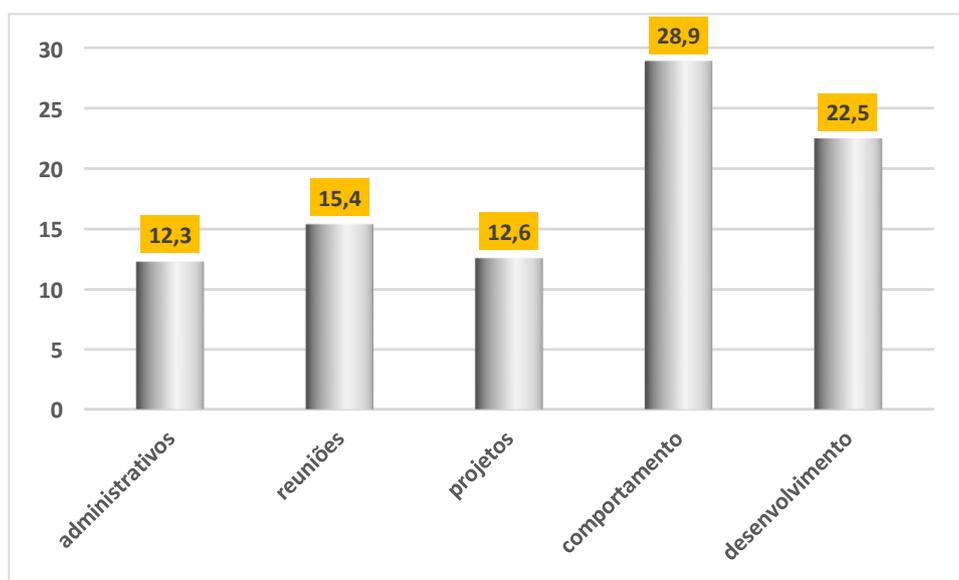
Razões para a presença da família na escola

A presença da família é menos solicitada quanto ao comportamento dos alunos e os motivos que mais solicitam é quanto os resultados do desenvolvimento escolar, conforme a tabela abaixo

Tabela 16. Razões para a presença da família na escola

ítem	Frequência		media	DE
temas administrativos	40	12,3	,35	,479
reuniões	50	15,4	,44	,499
projetos	41	12,6	,36	,483
Comportamento dos alunos	94	28,9	,82	,382
resultados do desenvolvimento escolar	73	22,5	,74	1,084
atividades extraescolar	27	8,3	,24	,427

Gráfico 9. Razões para a presença da família na escola



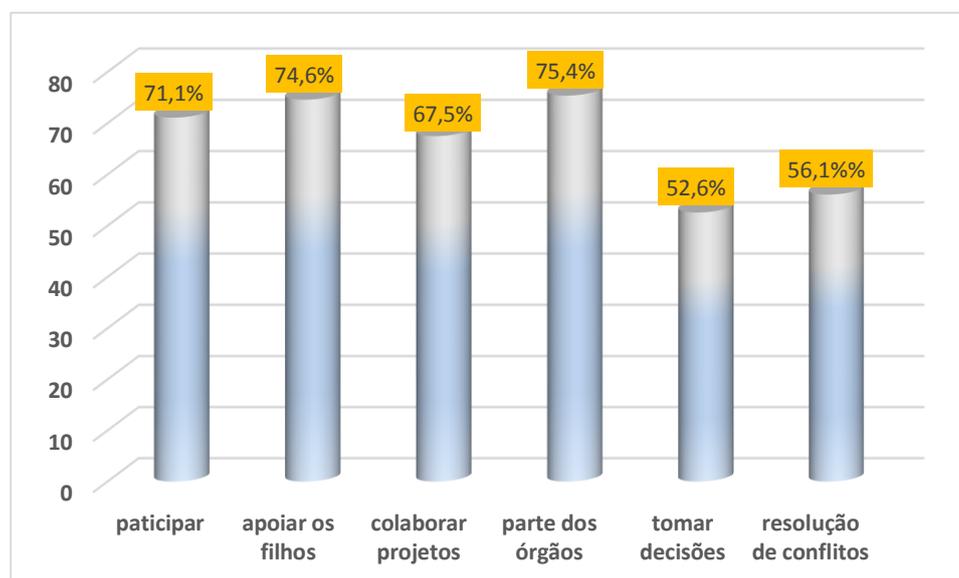
Participação da família na escola

A tabela abaixo mostra que a forma de participação das escolas seria mais representativa através da participação dos órgãos representativos das famílias.

Tabela 17. Participação da família

ítem	Frequência	%	media	DE
participar de reuniões	81	71,1	,71	,456
apoiar os filhos na escola	85	74,6	,75	,437
colaborar nos projetos educacionais	77	67,5	,68	,470
fazer parte dos órgãos representativos das famílias	86	75,4	,75	,432
tomar decisões e colaborar em todas as áreas possíveis	60	52,6	,53	,502
na resolução de conflitos entre os alunos	64	56,1	,57	,498

Gráfico 10. Participação da família na escola



Podemos associar a variável escola como a família participa da escola ($<,044$). Os pais mais dispostos a estimular seus filhos na escola são da escola Profª Cilea Maria (87,1%) e os menos do INEFI (52,4%).

É estabelecida uma associação entre a variável escola e a colaboração em projetos educacionais ($<, 009$). Pais com filhos na escola Nicomedes estão mais dispostos a colaborar (83,3%); os pais menos dispostos a colaborar são da escola INEFI (38,1%).

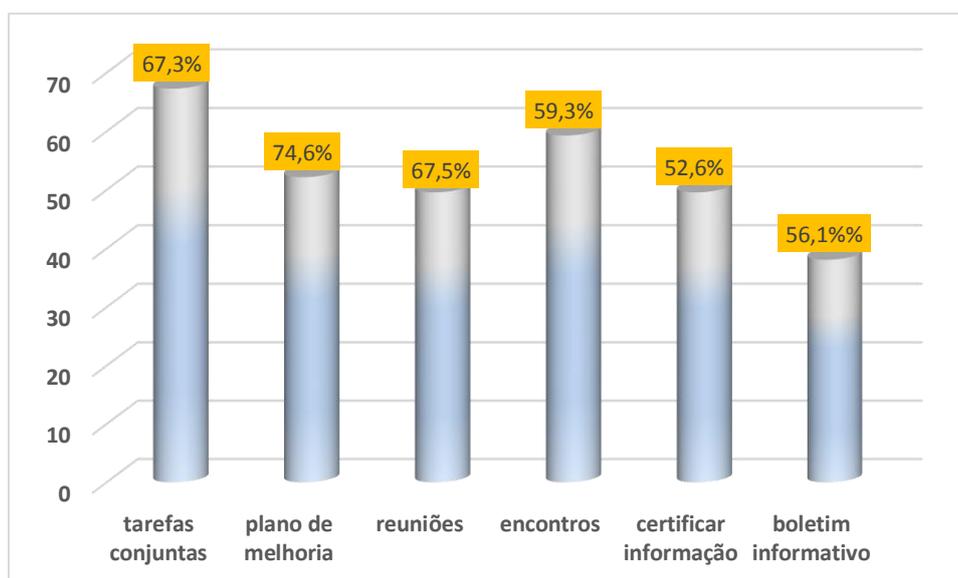
AÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA

Tabela 18. Ações para participação da família

Item	Frequência	%	media	DE
planejar tarefas conjuntas	76	67,3	,67	,473
implementar um plano de melhoria	59	52,2	,52	,502
cronograma de reuniões	56	49,6	,49	,502
encontro entre a família e os professores	67	59,3	,59	,494
certificar-se de que a informação chegue	56	49,6	,49	,502
boletim informativo	43	38,1	,38	,487
lista de tópicos de interesses	52	46,0	,46	,500
realizar pesquisas	53	46,9	,46	,501

Diferenças significativas são estabelecidas entre as escolas e as ações para melhoria ($<, 003$). A escola Cilea Maria Barreto (77,4%) é mais a favor desse tipo de ação. Existem também diferenças significativas entre as escolas e a variável sobre o cronograma de reuniões ($>, 020$). A escola Prof^o Darcy Ribeiro é mais a favor do estabelecimento de um cronograma de reuniões. Também os participantes de Prof^o Darcy Ribeiro ($>, 001$) são mais a favor da divulgação de um boletim informativo. (68,4%).

Gráfico 11. Ações para participação da família



PORQUE A FAMÍLIA NÃO PARTICIPA NA ESCOLA?

Tabela 19. Dificuldades de participação da família na escola

Item	Frequência	%	media	DE
mudanças que tem passado a família	89	8,1	,78	,416
lugar onde a escola é localizada	10	,8	,09	,284
classe social	19	6,7	,17	,374
reuniões prolongadas a respeito dos alunos	14	2,3	,12	,330
família transfere suas responsabilidades sociais para a escola	89	8,1	,88	1,040
entendimento sobre o que é participação	44	8,6	,39	,489
escola só culpa a família pela má conduta dos alunos	7	,1	,06	,241
não entendem a importância de sua participação	77	7,5	,68	,470

Nesta dimensão é a que apresenta diferenças mais significativas de acordo com a escola. Assim, as mudanças pelas quais tem passado a família (<, 006); lugar em que a escola está localizada (<, 023); classe social das famílias (<, 001); reuniões longas (<, 015); a família transfere suas responsabilidades para a escola (<, 000); compreensão sobre o que é participação (<, 023); as famílias não entendem a importância de sua participação (<, 034). Os participantes da escola Prof^o Darcy Ribeiro obtiveram percentual maior (94,7%); ou local onde a escola está localizada obtêm uma porcentagem maior na escola Prof^o Darcy Ribeiro e Nicomedes Theotônio Vieira (100%); a classe social na escola Nicodemos Theotônio Vieira (100%); reuniões prolongadas a respeito dos alunos na escola Prof^o Darcy Ribeiro (100%); a família transfere suas responsabilidades para a escola Prof^o Darcy Ribeiro (94,7%), com o menor percentual da escola INEFI (42,9%).

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES E PROPOSTAS

5.1. Conclusões

As relações estabelecidas entre família e escola ao longo da história sempre preencheu um importante espaço no contexto educacional, já que as duas instituições são as predominantemente responsáveis pela formação integral do indivíduo. Estas instituições tem tarefas complementares, apesar de distintas em seus objetivos, metodologia de abordagem e campo de abrangência.

Cabe à família a tarefa de estruturar o sujeito em sua identificação, individuação e autonomia. Isso vai acontecendo à medida que a criança vive o seu dia a dia inserido em um grupo de pessoas que a protege, ou deveria, apresenta-lhe o movimento do meio onde está inserido, oferece-lhe, suporte material para suas necessidades. É na convivência que a família marca sua presença, família no sentido de ter um grupo de pessoas que tem sua organização, normas, valores e tipificação própria e que, durante o tempo que compartilhar uma série de situações fatos, afetividades e emoções, dando o amparo umas às outras, também formam sua própria identidade. Enfim, o contexto familiar é o primeiro espaço de educação que é apresentado para o sujeito.

No entanto, a escola também se encontra imersa na tarefa de educar o sujeito, na medida em que o trabalho realizado pelos profissionais que ali atuam, visam o desenvolvimento integral do indivíduo, evidenciado pelo trabalho pedagógico na formação de um ser preparado para os saberes escolares, bem como para a vida em sociedade. Esta escola tem ainda como função desenvolver um pensamento reflexivo na comunidade escolar, auxiliando-a a elaborar uma compreensão coerente da realidade, resgatando princípios éticos e possibilitando ações que visem a promoção e difusão de valores de solidariedade, respeito, responsabilidade, fraternidade e de convivência necessários à coletividade.

Analisando a história da relação que se estabeleceu entre família e escola ao longo do tempo, percebe-se que em certos momentos essa relação sinaliza em função de determinantes sociais e, em outros, em função de aspectos psicológicos da família e do próprio indivíduo. Fala-se, de forma geral, que esta relação sempre esteve marcada por manobras de culpabilização de uma das partes envolvidas, pela ausência de responsabilização compartilhada de todos os envolvidos e pela forte ênfase em situações problemas que ocorrem no contexto escolar.

Por conseguinte, procuramos analisar neste estudo, a participação das famílias na vida escolar na percepção dos professores nas escolas do ensino Fundamental II de Armação dos Búzios, Rio de Janeiro. Assim, após verificação das escolas que mais aparecem com baixo percentual de presença dos responsáveis nas reuniões convocadas pelos gestores, selecionamos cinco escolas do ensino Fundamental II, nas quais estão matriculados adolescentes entre 12 e 18 anos. Nestas escolas foram aplicados aos professores e gestores, instrumentos estatísticos, com máximo rigor, para que houvesse confiabilidade necessária a conclusão da investigação sobre a população envolvida no estudo. Este instrumento foi utilizado tendo em vista que, a metodologia escolhida para a pesquisa foi a quantitativa. Isto posto, apresentaremos as conclusões da presente investigação a partir dos objetivos específicos previamente estabelecidos.

Fizemos uma breve investigação pelas legislações destinadas ao direito à educação e a participação da família na escola, aspirando conhecer, refletir e analisar sua eficiência e seus efeitos na atual realidade social. Observamos que nas últimas décadas o Brasil apresentou significativos progressos legais, tendo o maior símbolo representativo da Democracia Nacional, a Constituição Federal promulgada em 1988 que colocou o Brasil no plano de uma nação ética, igualitária, justa e solidária. Influenciada nos valores e princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, conferiu a Doutrina de Proteção Integral às crianças e jovens brasileiras, considerando-os sujeitos de direitos e assim legitimando a participação da família nos planejamentos escolares, no conhecimento dos resultados sobre o desenvolvimento da aprendizagem escolar e visando, principalmente, horizontalizar as relações entre as famílias e a escola. Outro instrumento legal de importante valor foram a criação dos Conselhos Escolares. Este com a função principal de democratizar a gestão escolar, dele devem participar um membro de cada setor da comunidade escolar. A mudança de paradigma foi transformadora e desta forma a relação família escola vêm permeando as reflexões sobre educação na atualidade. Seguindo essa proposição, direcionamos nossa ponderação para o componente escolar obrigatório, referência norteadora de toda e qualquer ação educativa na escola – o Projeto Político Pedagógico. Almejando compreender o contexto da educação buzina para o ensino Fundamental II, analisamos o PPP das Unidades Escolares selecionadas para apreciar a atenção que este documento dá à participação da família na convivência escolar, visto que esta é uma importante diretriz para melhorar o rendimento escolar dos estudantes. A opinião dos professores e gestores sobre o processo de construção, atualização e revisão do PPP também foi considerada.

A análise documental e as respostas dos profissionais revelam que; 70,2% dos professores tem acesso ao PPP da escola, mas 51% dos professores não participaram da construção do PPP, ou seja, este documento que expressa um projeto coletivo de todos os atores do processo educativo, não teve a participação de mais da metade dos envolvidos. Nessa concepção o documento é assumido como pronto e acabado e o processo de construção coletiva é desprezado. Observou-se associação quanto à variável que prevê ações no PPP sobre a participação das famílias e 63% diz que o documento prevê alguma ação para esta participação e que 63% das escolas possuem Conselho Escolar, ou seja, 3 escolas das 5 pesquisadas, possuem Conselho Escolar, importante órgão que corrobora com a democratização da gestão escolar. É notório citar que para chegar a este resultado quanto ao PPP, foi apurado que maior porcentagem dos profissionais tem mais de 10 anos de experiência, 43%. Identifica ainda que das escolas participantes, U.E. Prof^a Cilea Maria Barreto teve maior participação, 27,2% e a escola que menos participa da pesquisa é a U.E. Nicomedes Teothonio Vieira, com apenas 15,8% de participantes. Esta situação justifica-se pelo fato da escola com maior participação ter um número maior de profissionais.

No bloco que contempla as variáveis sobre o nível econômico, nível de convivência e relação família escola, verificamos que a porcentagem é maior no nível econômico baixo, com 60,5% que não chega a 1% da população com nível econômico alto. Enquanto o nível de convivência na escola a porcentagem é significativa com 37,7 % e a participação da família é 43% mal, mas 78,8% das famílias estão satisfeitas com a escola. Podemos também estabelecer uma associação entre o nível econômico da família e a convivência na escola que é valorizada, famílias com um nível econômico médio, a convivência é de 56,8% dado como bom, comparado com 43,5% das famílias de baixa renda. Os estudos revelaram que as famílias com nível econômico médio, se relacionam melhor com as escolas dando mais valor à mesma.

Quando investigamos sobre “quem toma iniciativa para as reuniões com os pais ou responsáveis”, a oitiva aos profissionais mostra que a iniciativa para reunir com as famílias acontecem por parte dos diretores aparecendo em 81,6% e pelos pais ou responsáveis menos de 1% tomam a iniciativa, ou seja, os pais ainda não internalizaram, não se apoderaram das legislações vigentes, que os convocam à participação, seja esta família convidada ou não pelos gestores escolares, tem a responsabilidade de se fazerem presentes na elaboração das metas e ações a serem aplicadas na escola. Esta ocorrência pode ser notada pela pouca participação dos pais nos planejamentos escolares, visto que somente 67,5% dos pais são presentes nas escolas.

No campo da convivência escolar, foram pesquisadas variáveis que sugerem soluções mais adequadas para resolução de situações de conflitos em sala de aula e nos demais espaços escolares, a pesquisa apresentou: 78,9% de aceitação, quanto a crença que a adoção de medidas conjuntas com a família desde o início do ano, ajudaria a resolver os conflitos na sala de aula, porque assim toda a comunidade escolar estaria envolvida. Sendo que a solução indicada como mais adequada para solucionar problemas e na sala de aula é conhecer a causa do problema com 37,7%. Quando perguntamos sobre considerar o porquê a violência escolar é um problema hoje em dia, a falta de parceria da família é o motivo que se revela com maior índice. Investigamos sobre que tipo de agressão são geralmente as mais comuns entre os estudantes, e obtivemos os seguintes resultados: diferenças significativas são estabelecidas entre a escola e o tipo de agressão física, nas variáveis redes sociais e bullying. O percentual de agressão pelas redes sociais é maior na U.E. Prof^o Darcy Ribeiro 42,1% e no menos no INEFI 4,8%. Bullying também ocorre com mais frequência U.E. Prof^o Darcy Ribeiro 68,4% seguido pela U.E. Nicodemos Theotonio Vieira 38,9%. A escola onde o bullying tem menor incidência é a U.E. Prof^a Cilea Maria Barreto 5,3%. Nesta ótica, desejamos que as escolas sejam ambientes seguros e saudáveis, onde os adolescentes possam desenvolver, ao máximo, os seus potenciais intelectuais e sociais. Não se pode admitir que sofram violências que lhes tragam danos físicos e/ou psicológicos, que testemunhem tais fatos e se caleem para que não sejam também agredidos e acabem por achá-los banais ou, pior ainda, que diante da omissão e tolerância dos adultos, adotem comportamentos agressivos.

No bloco final da investigação, retratamos sobre as dificuldades para participação das famílias, as razões pela qual a escola reivindica a presença das famílias, o que os profissionais entendem como participação, ações que a escola deve realizar para que as famílias possam se comprometer mais efetivamente na vida escolar dos filhos e por fim, o que está acontecendo com as famílias para não participarem da escola. Os resultados foram assim desenhados: tem uma porcentagem importante da família, 54,5% que tem falta de interesse pela participação na escola e 33,3% tem dificuldade com o horário das reuniões; a presença da família é mais solicitada quanto ao comportamento dos alunos 28,9%, quando o motivo mais relevante na função da escola seria o rendimento escolar, pois a escola está principalmente para desenvolver o papel acadêmico fato que não está como mais significativo na pesquisa; forma de participação das escolas seria mais representativa através dos órgãos representativos das família 75,4%, como o Conselho Escolar, que é o órgão mais significativo de representação. Nesta premissa podemos ainda fazer associação da variável o que os profissionais entendem por participação, aparecendo os pais mais dispostos a estimular seus

filhos na escola, são da E.M. Prof^a Cilea Maria Barreto com 87,1% e os menos envolvidos com a participação na escola os pais do INEFI 52,4%. Podemos mencionar outra associação entre a variável escola e a colaboração em projetos educacionais, pais com filhos na E.M. Nicomedes Theotonio Vieira estão mais dispostos a colaborar 83,3% ; os pais menos dispostos a colaborar são da escola INEFI 38,1%. Este fato corrobora com a variável supracitada, que os pais com melhor nível econômico participam mais que os responsáveis com menor poder aquisitivo.

Diferenças significativas são estabelecidas entre as escolas sobre as ações para melhorar a participação das famílias e a convivência escolar. A E.M. Cilea Maria Barreto com 77,4% é mais a favor desse tipo de ação. Existem também diferenças significativas entre as escolas e a variável sobre o cronograma de reuniões. A E.M. Prof^o Darcy Ribeiro é a mais a favor do estabelecimento de um cronograma de reuniões e divulgação de um boletim informativo, 68,4%.

Esta última dimensão é a que apresenta diferenças mais significativas; as mudanças pelas quais tem passado a família (<, 006); lugar em que a escola está localizada (<, 023); classe social das famílias (<, 001); reuniões longas (<, 015); a família transfere suas responsabilidades para a escola (<, 000); compreensão sobre o que é participação (<, 023); as famílias não entendem a importância de sua participação (<, 034). Os participantes da E.M. Prof^o Darcy Ribeiro obtiveram percentual maior 94,7%; ou local onde a escola está localizada obtêm uma porcentagem maior em E.M. Prof^o Darcy Ribeiro e E.M. Nicomedes Theotonio Vieira (100%); a classe social na U.E. Nicodemos (100%); reuniões prolongadas a respeito dos alunos na escola Darcy Ribeiro (100%); a família transfere suas responsabilidades para a escola Darcy Ribeiro (94,7%), com o menor percentual da escola INEFI (42,9%).

Por fim, ao examinar os PPP das escolas envolvidas, E.M. Prof^a Regina da Silveira Ramos Vieira, E.M. Nicomedes Theotonio Vieira, E.M. Prof^o Darcy Ribeiro, E.M. Prof^a Cilea Maria Barreto e INEFI, ratificamos a falta de metas e ações registradas nos documentos sobre a participação da família na escola.

Conclui-se, enfim, que as escolas precisam viabilizar mecanismos, canais que permitam uma efetiva participação da família para ponderar os entraves na aprendizagem que acarretam sérias implicações na convivência escolar e conseqüentemente na prática pedagógica, dificultando um ambiente harmonioso e satisfatório para aprendizagem. Sustentamos com esta pesquisa as enormes desconformidades entre as legislações e a operacionalização, entre o que é falado e é desenvolvido na prática da gestão diária da escola, que

inviabilizam a participação das famílias nas atividades escolares, explicitando junto o fracasso da gestão democrática proposto pelo Estado.

5.2. Propostas

Entendemos que para melhorar a parceria família escola não existe uma receita única. Cada comunidade escolar terá que encontrar o melhor meio para estreitar a parceria, porém o primeiro canal a ser melhorado é o da comunicação e para isto que isso ocorra, é necessário criar nas escolas uma cultura de diálogo com os pais ou responsáveis. O gestor tem papel central nessa tarefa, mas ela não cabe apenas a ele. Todos os funcionários da escola, dos mais novatos aos mais experientes, precisam estar abertos a ouvir as famílias. Estas, por sua vez, necessitam também compreender o esforço que a equipe da escola realiza para o desenvolvimento de seus filhos. Todos necessitam ser estimulados a sair de suas zonas de conforto em busca de um entendimento sobre o que é melhor para os alunos.

Nestas condições, propomos que ações mais concretas devem ser desenvolvidas para fortalecer esse diálogo como: reorganização do PPP com inserção da caracterização da clientela escolar assim como de metas e ações para o fortalecimento da parceria família escola; designação de um profissional da escola para ser o responsável pelo relacionamento com os pais e a comunidade, que no município em questão seria atribuição do Pedagogo Professor Orientador Educacional ; aplicação de práticas que contribuam ativamente para intensificar a participação das famílias nas atividades escolares e conseqüentemente na vida escolar dos filhos; atendimento em qualquer horário de pais ou responsáveis que procuram a escola com dúvidas; visitas domiciliares para intervir preventivamente no caso de alunos com maior risco de evasão; estímulo ao trabalho voluntário de pais e alunos; e apoio à gestão da escola na busca de parcerias externas; criação de pequenos grupos de formação para pais em temas relacionados à escola, aos estudantes e mesmo aos conteúdos curriculares; uso das novas tecnologias como: criação de grupos no WhatsApp de cada turma; envio de mensagens de textos informando sobre os horários das reuniões; criação de um perfil no Facebook para estimular esse contato. Podemos ainda citar as variáveis desta pesquisa, uma vez que foram indicadas como importantes canais para o fortalecimento da parceria família escola, sendo elas: planejar tarefas conjuntas com os pais a serem discutidas nas reuniões com toda a comunidade escolar; desenvolver um cronograma de reuniões antecipadamente com os representantes dos pais a ser divulgado antecipadamente; certificar-se de que a informação chegue aos pais; elaborar um boletim informativo sobre as atividades escolares e os temas a serem tratados e à tratar; lista de tópicos de interesses a serem levados à comunidade escolar.

Por esses novos canais ou pelos tradicionais, os pais devem receber o regimento da escola; permitindo que os pais possam apoiar e orientar melhor os filhos e por fim, apoio das secretarias de governo para facilitar a articulação entre diferentes áreas. Muitas vezes, no atendimento a uma família, pode ser verificada uma necessidade de conectar aquele aluno ou responsável a outros serviços públicos fora do âmbito da educação.

Referências Bibliográficas

- Alvarenga, E. M. de (2014). *Metodologia da Investigação quantitativa e qualitativa: normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos*. Tradução: Cesar Amarilhas. 2ª edição. Universidad Nacional de Assuncion. Assunção, Paraguai.
- Brasil, (1988). *Constituição Federal e Emendas Constitucionais nº 1/92 a nº 28 (2000) e Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a nº 6/94*. Brasília: Brasil. Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.
- Brasil, (1994). *Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná. Brasil. Índice elaborado por Edson Seda.
- Brasil, (1996). *Lei 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, Brasil: MEC.
- Brasil, (2004). *Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública*. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, Brasil. MEC, SEB.
- Campbel, S. I. (2011). *Reunião de Pais e Mestres: organização e planejamento*. Rio de Janeiro, Brasil. Editora Wak.
- Campoy, T. J. A. (2016). *Metodología e Pesquisa Científica. Manual para Elaboración de Tesis y Trabajos de Investigación*. Assunción, Paraguay: Libreria Cervantes.
- Castro, J. M. & Regattieri, M. (Orgs) (2010). *Interação escola família: subsídios para práticas escolares*. Ministério da Educação. Brasília. Brasil.
- Chraim, A. M. (2009). *Família e escola: a arte de aprender para ensinar*. Rio de Janeiro. Brasil. Editora Wak.
- Esteves, J. M. (2014). *A terceira revolução educacional: a educação na sociedade do conhecimento*. São Paulo. Brasil. Editora Moderna.
- Filho, J. M. (2007). *A criança terceirizada: os descaminhos das relações familiares no mundo contemporâneo*. Campinas, São Paulo. Brasil. Editora: Papirus.
- Francheschini, I. S. & Portella, F. (Orgs.) (2011). *Família e aprendizagem: uma relação necessária*. Associação Brasileira de Psicopedagogia. 3ª edição. Rio de Janeiro, Brasil. Editora Wak

- Freire, P. (2006). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 33ª ed., São Paulo, Brasil. Editora: Paz & Terra.
- Gadotti, M. (1998). *Perspectivas atuais da educação*. Campinas, São Paulo. Brasil. Editora: Papyrus
- Gadotti, M. & Romão, J. E. (2001). *Projeto político pedagógico da escola: fundamentos para sua realização*. In: GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustaquio (org.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 4ª edição. São Paulo. Brasil. Editora: Cortez.
- Gadotti, M. (2004). *Caderno 1 do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares*. Ministério da Educação Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF. Brasil.
- Grinspun, M. P. S. Z (2014). *Autonomia e ética na escola: o novo mapa da educação* São Paulo, Brasil. Editora Cortez.
- Morin, E. (2003). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Feanne Sawaya. 8ª Edição. São Paulo, Brasil. Editora Cortez.
- Oliveira, E. de (2009). *Agora é Súmula: bem de família abrange imóvel de pessoa solteira*. Revista Boletim do Direito Imobiliário. Ano XXIX, nº 11, abril de 2009, p. 35. São Paulo, Brasil.
- Oliveira, G. de C., Fini, L. D. T., Boruchovitch, E. & Brenelli, R. P. (2014). *Educar crianças, grandes desafios: Como enfrentar?* Petrópolis, Rio de Janeiro. Brasil. Editora Vozes.
- Paro, V. H. (2007). *Qualidade do ensino: a contribuição dos pais*. São Paulo. Brasil. Editora Xamã.
- Parolin, I. C. H. (2005). *Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem*. Série Práticas Educacionais. Curitiba. Brasil. Editora Positivo.
- Parolin, I. C. H. (2008). *Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem*. Curitiba. Brasil. Editora Positivo.
- Parolin, I. C. H. (2010). *Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem*. 2ª edição. Curitiba, Brasil. Editora: Pulso Editorial.
- Parolin, I. C. H. (2016). *A aprendizagem entre a família e a escola*. São José dos Campos, São Paulo, Brasil. Editora Pulso editorial.
- Santos, J. (Org.) (2014). *Criança e adolescente em foco: dialogando com profissionais e cuidadores*. São Paulo. Brasil. Editora Senac São Paulo.

Santos, L. R. dos & Tonoisso, J. P. (2014). *A importância da relação escola-família. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*. Bebedouros, São Paulo. Brasil. Editora UNIFA-FIBE.

Secretaria de Educação de Armação dos Búzios, (2015). *Plano Municipal de Educação para o Decênio 2015-2025*. Publicado no Boletim Oficial do município de Armação dos Búzios Ano X, Nº 707, através da Lei Nº. 1114, de 30 de junho 2015.

Tognetta, L. R. P. & Vinha, T. P. (Orgs.) (2012). *É possível superar a violência na escola? Construindo caminhos pela formação moral*. São Paulo, Brasil. Editora Brasil: Faculdade de Educação UNICAMP

Veiga, I. P. A. (2002). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas, São Paulo, Brasil. Editora Papirus, Vozes.

Volpe, M. M. (2011). *S.O.S. Família e escola: um estudo sobre a mediação dos especialistas da subjetividade no processo educativo*. São Paulo, Brasil. Editora Humanitas FAPESP

Referências Eletrônicas

Brasil. *A importância do conhecimento do programa bolsa-família como política pública no atual cenário político social*. Disponível em <https://anacfgalante.jusbrasil.com.br/artigos/145717909/a-importancia-do-conhecimento-do-programa-bolsa-familia-como-politica-publica-no-atual-cenario-politico-social>

Brasil, (1934). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Senado, 1934. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137602/Constituicoes_Brasileiras_v3_1934.pdf?sequence-10>. Acesso em: 28 junho. 2018

Brasil, (1946). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil*, de 18 de setembro de 1946. Rio de Janeiro: Senado. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm

Brasil, (1967). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Rio de Janeiro: Senado. Disponível em <http://www.inap.mx/portal/images/pdf/lat/brasil/constituicao%20de%20brasil%201967.pdf>

Brasil, (1988). *Constituição Federal*. Senado Federal. Brasília: Brasil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm

Camargo, Orson. (2018). *Sociedade. Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/sociedade-1.htm>>. Acesso em 27 de outubro de 2018.

Declaração Universal dos Direitos da Criança. UNICEF. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direito/snip/onu/c_a/lex41.htm>

Declaração Universal dos Direitos Humanos.(1948). Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, 10 dez. 1948. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/conselho-nacional-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-conanda>>.

Drescher, C. H. P. (2014). *A importância do Conselho Escolar para a Gestão Democrática da Escola*. Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Monografia. Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em http://repositorio.usfm.br/bitstream/handle/1/3128/Drescher_Carla_Hulda_Pfeifer.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Dutra, G. S. & Afonso, M. L. M. (2015). *Gestão Social dos Conselhos Escolares*. Revista lugares de educação. Centro Universitário UMA, Bananeiras - PB, v. 5, n. 11, p. 224-240, Ago.- Dez., 2015, ISSN 2237-1451. Disponível em <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle>>

Krug, J. (2010). *O direito à educação, seu desenvolvimento histórico e jurídico*. Revista Diálogo, Nº 17. Canoas, julho – Dez. de 2010.P.13 – 42. Rio Grande do Sul, Brasil. Disponível em <https://webcache.googleusercontent.com>

Prado, J. F. do (2003). *Gestão Escolar e Gestão Democrática: ações e reflexões*. Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, Brasil. Disponível no site <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9995Constituições>

Oliveira, C. B. E. de; Araújo, C. M. M. (2010). *A relação família escola: intersecções e desabafos*. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 27, nº 1, p. 99-100, jan. /mar. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v9n2/v9n2a12>

Sacchi, V. R. (2015). *Ciência, tecnologia e sociedade*. 8º Congresso de extensão universitária da UNESP, p. 1-6, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/142423>>

Senna, A. (2014) . *O século XX foi um período de profundas mudanças*. Disponível em <https://prezi.com/txl09zjo4lcy/o-seculo-xx-foi-um-periodo-de-profundas-mudancas-no-modo-de/>

Silva, R. M. da (2012). *Gestão Democrática e Projeto Político Pedagógico: Estudo de caso em uma escola municipal de São Gonçalo dos Campos – BA*. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Bahia. Brasil. Disponível em http://gestaouniversitaria.com.br/system/scientific_articles/files/000/000/059/original/Artigo_Gest%C3%A3o_Democr%C3%A1tica.pdf?1417923267

Anexos:

Anexo 1: Carta à Secretaria Municipal de Armação dos Búzios solicitando autorización para pesquisa científica nas Escolas Municipais de Segundo Segmento do Ensino Fundamental



UNIVERSIDAD
AUTÓNOMA DE
ASUNCIÓN

Asunción, 24 de enero de 2018

A quien corresponda:

Por la presente, a pedido de la interesada, se comunica que, **Jamel Junia Ribeiro**, es alumna de la Maestría en Ciencias de la Educación, de la Facultad de Ciencias Jurídicas, Políticas y de la Comunicación, de la **Universidad Autónoma de Asunción (UAA)**, quien en el presente año 2018 se encuentra en fase de elaboración de su tesis de Maestría con el tema de investigación: "*A influência da relação da família e escola na convivência escolar.*"

A fin de recolectar los datos como parte de la elaboración de la Tesis mencionada, solicitamos, por favor a las autoridades de la Secretaria Municipal de Armação dos Búzios., se le conceda a la alumna **Jamel Junia Ribeiro**, la autorización para la aplicación de su instrumento de investigación, necesario para concluir el trabajo correspondiente.

Para lo que hubiere lugar,

José Antonio Torres
Presidente del Comité Científico
Universidad Autónoma de Asunción

Anexo:2 – Autorização concedida pela Secretaria Municipal de Educação Ciência e Tecnologia de Armação dos Búzios

REPÚBLICA FEDERAL DO BRASIL
GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MUNICÍPIO DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
PREFEITURA DA CIDADE DE ARMAÇÃO DOS BÚZIOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
COORDENAÇÃO DA UNIDADE EDUCACIONAL

MEMORANDO Nº 101/2018

Armação dos Búzios, 22 de março de 2018.

À Senhora
Profª. Deisemar Gonçalves dos Santos de Jesus
Secretária Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia
Assunto: Encaminhamento

Prezada Secretária,

Vimos, por meio deste, encaminhar a solicitação de autorização para Pesquisa Acadêmico-científica e coleta de dados através da aplicação de Questionário, de Jamel Junia Ribeiro.

A presente atividade é requisito para a elaboração da Tese de Mestrado, com o tema de Investigação: “A influência da relação da família e escola, na convivência escolar”, e a conclusão do Curso de Mestrado em Ciências da Educação, da Universidade Autônoma de Assunção (UAA), no Paraguai.

Atenciosamente,


MARIA JOSÉ OLIVEIRA DOS SANTOS
Coordenadora da Unidade Educacional

De acordo,
Dep.
26/03/2018

Maria José Oliveira dos Santos
Coordenadora da Unidade Educacional
Domínio 159

Recebido em 26/03/18

Apêndice

Apêndice 1: Questionário aplicado os professores das Escolas Municipais De Segundo Segmento do Ensino Fundamental

Questionário: A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA CONVIVÊNCIA ESCOLAR

Prezado professor,

Peço que você responda as perguntas de acordo com o que você pensa, quanto as questões. Sua participação é muito importante para a conclusão deste trabalho. O objetivo é analisar a participação das famílias na vida escolar dos filhos.

Agradeço

1.Experiência profissional				
0 a 5 anos	<input type="checkbox"/>	6 a 10 anos	<input type="checkbox"/>	Mais de 11 anos <input type="checkbox"/>
2.Escola de atuação		E.M. Darcy Ribeiro	<input type="checkbox"/>	
		E.M. Nicomedes Theotônio Vieira	<input type="checkbox"/>	
		E.M. Cilea Maria Barreto	<input type="checkbox"/>	
		INEFI	<input type="checkbox"/>	
		E.M. Profª Regina da Silveira Ramos	<input type="checkbox"/>	
3.Função		Professor	<input type="checkbox"/>	
		Diretor	<input type="checkbox"/>	
4.Tem acesso ao Projeto Político Pedagógico (conhece /já leu)				
Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	
5.Participou da construção, atualização ou revisão do Projeto Político Pedagógico.				
Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	
6.O Projeto Político Pedagógico da escola prevê ações específicas para a participação da família.				
Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Não sei <input type="checkbox"/>
7. Sua escola tem Conselho Escolar?				
Sim	<input type="checkbox"/>	Não	<input type="checkbox"/>	Não sei <input type="checkbox"/>
8.Localização da escola.		<input type="checkbox"/>	Centro	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	Periferia	<input type="checkbox"/>
9.Quanto ao nível econômico das famílias.		<input type="checkbox"/>	Alto	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	Médio	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	Baixo	<input type="checkbox"/>
10.Quanto ao nível de convivência da família na escola.		<input type="checkbox"/>	Mal	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	Aceitável	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>
11.Participação da família na escola.		<input type="checkbox"/>	Mal	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	Aceitável	<input type="checkbox"/>
		<input type="checkbox"/>	Bom	<input type="checkbox"/>

<p>12. Acredita que as famílias estão satisfeitas com a escola.</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não</p>
<p>13. Quem toma iniciativa para as reuniões com os responsáveis?</p> <p>a. O Diretor <input type="checkbox"/></p> <p>b. O professor <input type="checkbox"/></p> <p>c. Os pais <input type="checkbox"/></p> <p>d. O Conselho Escolar <input type="checkbox"/></p> <p>e. As reuniões são definidas pela comunidade no início do ano <input type="checkbox"/></p>	
<p>14. A direção da escola abre espaço para a participação dos pais nos planos escolares?</p> <p>a. Não (não tem interesse e nem tempo para convidar as famílias) <input type="checkbox"/></p> <p>b. Às vezes, somente quando há interesse da escola <input type="checkbox"/></p> <p>c. Sim, sempre que há reuniões que se referem à vida escolar dos alunos <input type="checkbox"/></p>	
<p>15. Você acredita, que se a equipe escolar adotar medidas conjuntas com a família desde o início do ano, ajudaria a resolver os conflitos na sala de aula?</p> <p>a. Sim, porque toda a comunidade estaria envolvida <input type="checkbox"/></p> <p>b. Depende das medidas adotadas <input type="checkbox"/></p> <p>c. Não, porque a família pensa de forma diferente <input type="checkbox"/></p> <p>d. Não, porque o período é o que menos importa <input type="checkbox"/></p> <p>e. Não, acredito que esta ação é apenas do diretor <input type="checkbox"/></p>	
<p>16. Indique a solução que considera mais adequada para resolver problemas na sala de aula e na escola:</p> <p>a. Informando para a família <input type="checkbox"/></p> <p>b. Aplicando o regulamento (suspensão, transferência de escola) <input type="checkbox"/></p> <p>c. Conhecer a causa do problema <input type="checkbox"/></p> <p>d. Não estou preparado para resolver problemas <input type="checkbox"/></p> <p>e. Contar com um mediador para o conflito <input type="checkbox"/></p>	
<p>17. Você considera que a violência nas escolas é um problema hoje em dia por que: (Marque mais de uma opção, se necessário)</p> <p>a. Afeta a convivência <input type="checkbox"/></p> <p>b. Afeta a imagem da escola <input type="checkbox"/></p> <p>c. Falta a parceria da família <input type="checkbox"/></p> <p>d. Na escola que trabalho não tem violência <input type="checkbox"/></p>	
<p>18. Que tipo de agressões são geralmente as mais comuns entre os estudantes? (Marque mais de uma opção, se necessário).</p> <p>a. Agressões físicas <input type="checkbox"/></p> <p>b. Agressões verbais (insultos, ameaças, ...) <input type="checkbox"/></p> <p>c. Isolamento, rejeição, pressão psicológica, (rir de ..., mexer com ...) <input type="checkbox"/></p>	

<p>d. Chantagem, roubo, destruição e. Quase nenhuma agressão de importância f. Através das redes sociais (facebook,Instagram,Tuitwer,Celular,WhatsApp) d.Builiyng</p>	<table border="1"> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> </table>							
<p>19.Com base na sua experiência, quais das seguintes situações, você acha que estão dificultando a participação das famílias ? (Marque mais de uma opção, se necessário).</p>								
<p>a. A falta de interesse por parte das famílias b. A incompatibilidade dos horários e a falta de tempo para as famílias c. A falta de interesse por parte da equipe escolar d. Desconfiança entre professores e famílias e. A falta de canais de comunicação adequados (telefone, internet, visitas pessoais, cartazes, jornais ...)</p>	<table border="1"> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> </table>							
<p>20.Quais são as razões mais comuns pelas quais a escola reivindica a presença de famílias ? (Marque mais de uma opção, se necessário).</p>								
<p>a.Reuniões administrativas com diretor e equipe b.Reuniões individuais com diretor e equipe c.Culminância de Projetos d.Problemas de comportamento dos alunos e.Entrega de resultados desenvolvimento escolar f. Atividades Extraescolar</p>	<table border="1"> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> </table>							
<p>21.Marque as opções que você entende por participar da escola. (Marque mais de uma opção, se necessário).</p>								
<p>a.Participar de reuniões administrativas e pedagógicas b.Apoiar os filhos na escola c.Colaborar nos projetos educacionais escolares d. Fazer parte dos órgãos representativos das famílias (Associação Pais e Mestres e Conselho Escolar) e.Tomar decisões e colaborar em todas as áreas possíveis f. Na resolução de conflitos entre os alunos</p>	<table border="1"> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> </table>							
<p>22.Que ações você acha que a escola deve realizar para que as famílias possam comprometer-se mais com a vida vida escolar dos filhos? (Marque mais de uma opção, se necessário).</p>								
<p>a.Planejar tarefas conjuntas de vários tipos entre professores e famílias, a fim de promover uma relação mais próxima; b.Implementar um Plano de Melhoria para encontrar soluções para os conflitos na convivência; c.Criar um cronograma de reuniões para dialogar e decidir sobre as iniciativas e propostas dos alunos, professores e famílias; d.Realizar um encontro entre a família e os professores no início do ano para analisar os obstáculos que dificultam a boa convivência e.Certificar-se de que a informação chegue a todos através de circulares usando todos os meios possíveis: e-mail, bilhetes, quadro de avisos, redes sociais.</p>	<table border="1"> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> <tr><td> </td></tr> </table>							

<p>f. Confeccionar um boletim informativo que tenha como objetivo principal encontrar maneira que facilitem um maior empenho de toda a comunidade escolar na educação dos alunos;</p>	<input type="checkbox"/>
<p>g. Elaborar com a comunidade escolar, no início do ano, uma lista de tópicos de interesses a serem discutidos nas reuniões;</p>	<input type="checkbox"/>
<p>h. Realizar pesquisas de tempos em tempos com as famílias para reunir suas opiniões sobre vários temas e poder abordá-los nas reuniões</p>	<input type="checkbox"/>
<p>23. O que está acontecendo com as famílias para não participarem da escola? (Marque mais de uma opção, se necessário).</p>	
<p>a. As mudanças pelas quais nas últimas décadas tem passado a família</p>	<input type="checkbox"/>
<p>b. Pelo lugar onde a escola é localizada</p>	<input type="checkbox"/>
<p>c. Devido a classe social, meio urbano ou rural, números de filhos, ocupação dos pais</p>	<input type="checkbox"/>
<p>d. Reuniões prolongadas a respeito dos alunos</p>	<input type="checkbox"/>
<p>e. Há casos que a família transfere suas responsabilidades sociais para a escola, como se ela pudesse resolver tudo</p>	<input type="checkbox"/>
<p>f. Entendimento sobre o que é participação</p>	<input type="checkbox"/>
<p>g. A escola só culpa a família pela má conduta dos alunos</p>	<input type="checkbox"/>
<p>h. Por não entendem a importância de sua participação</p>	<input type="checkbox"/>